

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA GESTAMP EÓLICA JARDINS S.A.

ENTRE

GESTAMP EÓLICA JARDINS S.A.

COMO EMISSORA

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

COMO AGENTE FIDUCIÁRIO

E

MACAMBIRAS HOLDING S.A.

GESTAMP EÓLICA AGRESTE S.A.

GESTAMP EÓLICA ALVORADA S.A.

GESTAMP EÓLICA MACAMBIRA I S.A.

GESTAMP EÓLICA MACAMBIRA II S.A.

GESTAMP EÓLICA BRASIL S.A.

GESTAMP EÓLICA PROMOCIONES 2 S.L.

COMO INTERVENIENTES ANUENTES

DATADA DE

20 DE ABRIL DE 2016

102

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA GESTAMP EÓLICA JARDINS S.A.

Pelo presente instrumento,

I. de um lado, na qualidade de emissora das Debêntures (conforme definido abaixo):

GESTAMP EÓLICA JARDINS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, na Avenida Doutor Silvio Bezerra de Melo, 464-A, sala 12, CEP 59.390-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 15.231.547/0001-75, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("**Emissora**");

II. de outro lado, na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das Debêntures ("**Debenturistas**"),

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13 – Grupo 205, Barra da Tijuca, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s), representando a comunhão dos Debenturistas ("**Agente Fiduciário**");

III. na qualidade de prestadoras de garantias fidejussórias reguladas pela legislação e regulamentação brasileiras no âmbito da 1ª Emissão,

GESTAMP EÓLICA AGRESTE S.A., com sede na Cidade de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, na Avenida Doutor Silvio Bezerra de Melo, 464-A, sala 08, CEP 59.390-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.231.615/0001-04, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("**SPE I**");

GESTAMP EÓLICA ALVORADA S.A., com sede na Cidade de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, na Avenida Doutor Silvio Bezerra de Melo, 464-A, sala 11, CEP 59.390-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.231.479/0001-44, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("**SPE II**");

GESTAMP EÓLICA MACAMBIRA I S.A., com sede na Cidade de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, na Avenida Doutor Silvio Bezerra de Melo, 464-A, sala 09, CEP 59.390-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.231.588/0001-61, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("**SPE III**");

GESTAMP EÓLICA MACAMBIRA II S.A., com sede na Cidade de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, na Avenida Doutor Silvio Bezerra de Melo, 464-A, sala 10, CEP 59.390-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.231.448/0001-93, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("**SPE IV**" e, em conjunto com SPE I, SPE II e SPE III, "**SPEs**");

MACAMBIAS HOLDING S.A., com sede na Cidade de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, na Avenida Doutor Silvio Bezerra de Melo, 428, sala 03, CEP 59.390-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.861.097/0001-22, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("**Macambiras Holding**" e, em conjunto com as SPEs, "**Fiadoras Brasileiras**");

TEXT_SP - 11637345v2 9474.22



IV. e, ainda, na qualidade de acionistas,

GESTAMP EÓLICA BRASIL S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, na Avenida Doutor Silvio Bezerra de Melo, 418-A, CEP 59.390-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.093.648/0001-61, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("**Gestamp Brasil**");

GESTAMP EÓLICA PROMOCIONES 2 S.L., pessoa jurídica de direito privado, constituída sob as leis da Espanha, com sede na Cidade de Madri, Espanha, na Calle Ombú, nº 3, 10ª planta, com CIF B-85.498541, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.327.308/0001-74, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("**Gestamp Promociones**" e, em conjunto com a Gestamp Brasil, as "**Acionistas**");

Sendo a Emissora, o Agente Fiduciário, as Fiadoras Brasileiras e as Acionistas designados, em conjunto, como "**Partes**" e, individual e indistintamente, como "**Parte**";

Vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Gestamp Eólica Jardins S.A." ("**Escritura de Emissão**"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA I - DEFINIÇÕES

1.1. Sem prejuízo de outros termos definidos nesta Escritura de Emissão, os termos a seguir são utilizados nesta Escritura de Emissão, tanto no singular quanto no plural, com o significado estabelecido nesta Cláusula I, conforme segue:

- 1.1.1. "**Acionistas**": possui o significado atribuído no preâmbulo;
- 1.1.2. "**Ações Alienadas**": possui o significado atribuído na alínea (b) do subitem (ii) do item 5.8.4.1;
- 1.1.3. "**AGE da Emissora**": possui o significado atribuído no item 2.1;
- 1.1.4. "**AGE da Macambiras Holding**": possui o significado atribuído no item 2.1;
- 1.1.5. "**AGEs das SPEs**": possui o significado atribuído no item 2.1;
- 1.1.6. "**Agente Fiduciário**": possui o significado atribuído no preâmbulo;
- 1.1.7. "**Amortização**": possui o significado atribuído no item 5.7.1;
- 1.1.8. "**ANBIMA**": possui o significado atribuído no item 3.5.1;
- 1.1.9. "**ANEEL**": significa a Agência Nacional de Energia Elétrica;
- 1.1.10. "**Aquisição Antecipada Facultativa**": possui o significado atribuído no item 5.13.1;
- 1.1.11. "**Assembleia Geral de Debenturistas**": possui o significado atribuído no item 10.1.1;
- 1.1.12. "**Ato Societário da Gestamp Renovables**": possui o significado atribuído no item 2.1;

- 1.1.13. "**Autorizações**": possui o significado atribuído no inciso (i) do item 5.8.6.1;
- 1.1.14. "**Banco Depositário**": significa o Banco Bradesco S.A.;
- 1.1.15. "**Banco Liquidante**": possui o significado atribuído no item 11.1;
- 1.1.16. "**Bens e Direitos Alienados**": possui o significado atribuído no item 5.8.4.1;
- 1.1.17. "**BNDES**": significa o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;
- 1.1.18. "**BOP Cabeço Preto**": possui o significado atribuído no inciso (iii) do item 5.8.6.1;
- 1.1.19. "**BOP Macambira**": possui o significado atribuído no inciso (ii) do item 5.8.6.1;
- 1.1.20. "**CCEARs**": possui o significado atribuído no inciso (vi) do item 5.8.6.1;
- 1.1.21. "**CETIP**": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.22. "**CETIP 21**": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.23. "**CNPJ/MF**": possui o significado atribuído no preâmbulo;
- 1.1.24. "**Código Civil**": possui o significado atribuído no item 5.8.6.1;
- 1.1.25. "**Comunicado de Início**": possui o significado atribuído no item 3.4.1;
- 1.1.26. "**Comunicado de Encerramento**": possui o significado atribuído no item 3.4.1;
- 1.1.27. "**Contas Vinculadas**": possui o significado atribuído no inciso (iv) do item 5.8.6.1;
- 1.1.28. "**Contas Vinculadas – Recursos Financeiros**": possui o significado atribuído no inciso (vii) do item 5.8.6.1;
- 1.1.29. "**Contas Vinculadas – Reserva para Penalidades**": possui o significado atribuído no inciso (viii) do item 5.8.6.1;
- 1.1.30. "**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Holding**": possui o significado atribuído no item 5.8.4.1;
- 1.1.31. "**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPEs**": possui o significado atribuído no item 5.8.4.1;
- 1.1.32. "**Contrato de Alienação Fiduciária de Aerogeradores**": possui o significado atribuído no item 5.8.4;
- 1.1.33. "**Contrato de Cessão Fiduciária**": possui o significado atribuído no item 5.8.6.1;
- 1.1.34. "**Contratos de Fornecimento**": possui o significado atribuído no inciso (iv) do item 5.8.6.1;
- 1.1.35. "**Contratos de Garantia**": possui o significado atribuído no item 5.8.7;

- 1.1.36. "**Contratos de Prestação de Serviços**": possui o significado atribuído no inciso (v) do item 5.8.6.1;
- 1.1.37. "**Contratos do Projeto**" significa, em conjunto, os contratos listados no Anexo I à presente Escritura.
- 1.1.38. "**Coordenador Líder**": possui o significado atribuído no item 3.4.1;
- 1.1.39. "**Coordenadores**": possui o significado atribuído no item 4.6.1;
- 1.1.40. "**CVM**": possui o significado atribuído no item 3.4.1;
- 1.1.41. "**Data de Emissão**": possui o significado atribuído no item 5.1.8;
- 1.1.42. "**Data da Primeira Integralização**": possui o significado atribuído no item 5.2.2;
- 1.1.43. "**Data de Vencimento**": possui o significado atribuído no item 5.1.9;
- 1.1.44. "**Debêntures**": possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.45. "**Debêntures em Circulação**": possui o significado atribuído no item 10.1.5;
- 1.1.46. "**Debenturistas**": possui o significado atribuído no preâmbulo;
- 1.1.47. "**Destinação dos Recursos**": possui o significado atribuído no item 4.2.1;
- 1.1.48. "**Dia(s) Útil(eis)**": possui o significado atribuído no item 12.8.2;
- 1.1.49. "**Direitos Relacionados às Ações Alienadas**": possui o significado atribuído na alínea (c) do subitem (ii) do item 5.8.4.1;
- 1.1.50. "**Distribuidoras**" possui o significado atribuído no inciso (i) do item 5.8.6.1;
- 1.1.51. "**Documentos da Operação**": significa as Escrituras e os Contratos de Garantia considerados em conjunto;
- 1.1.52. "**DOERN**": possui o significado atribuído no item 3.2.1;
- 1.1.53. "**Emissão**": possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.54. "**Emissora**": possui o significado atribuído no preâmbulo;
- 1.1.55. "**EOL Cabeço Preto V**": possui o significado atribuído no item 4.1.1;
- 1.1.56. "**Escritura de Emissão**": significa o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografia, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Gestamp Eólica Jardins S.A.";
- 1.1.57. "**Escrituras**": possui o significado atribuído no item 5.8.3;
- 1.1.58. "**Encargos Moratórios**": possui o significado atribuído no item 5.9.1.3;
- 1.1.59. "**Escriturador**": possui o significado atribuído no item 11.2;

- 1.1.60. **"Evento de Inadimplemento"**: possui o significado atribuído no item 6.1.1;
- 1.1.61. **"Fiadoras"**: significa as Fiadoras Brasileiras e a Fiadora Espanhola, em conjunto;
- 1.1.62. **"Fiadoras Brasileiras"**: possui o significado atribuído no preâmbulo;
- 1.1.63. **"Fiadora Espanhola"**: possui o significado atribuído no item 5.1.7;
- 1.1.64. **"Fiança Corporativa"**: possui o significado atribuído no item 5.8.9.1;
- 1.1.65. **"Fianças Brasileiras"**: possui o significado atribuído no item 5.8.10.1;
- 1.1.66. **"Financiamento Bancário"**: possui o significado atribuído no inciso (i) do item 5.12.2;
- 1.1.67. **"Financiamento de Longo Prazo"**: possui o significado atribuído no inciso (ii) do item 5.12.2;
- 1.1.68. **"Financiamento do BNDES"**: possui o significado atribuído no inciso (i) do item 5.12.2;
- 1.1.69. **"Garantias"**: possui o significado atribuído no item 5.8.10.1;
- 1.1.70. **"Garantias Reais"**: possui o significado atribuído no item 5.8.7;
- 1.1.71. **"Gestamp Brasil"**: possui o significado atribuído no preâmbulo;
- 1.1.72. **"Gestamp Promociones"**: possui o significado atribuído no preâmbulo;
- 1.1.73. **"Gestamp Renovables"**: significa a Gestamp Energias Renovables S.L., acionista controladora indireta da Emissora com sede na Espanha, prestadora de garantia fidejussória regulada pela legislação e regulamentação espanholas no âmbito da 1ª Emissão;
- 1.1.74. **"IGP-M/FGV"**: significa o Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
- 1.1.75. **"Instrução CVM 28"**: possui o significado atribuído no inciso (v) do item 8.1.2;
- 1.1.76. **"Instrução CVM 358"**: possui o significado atribuído no inciso (xxxii) do item 7.1.1;
- 1.1.77. **"Instrução CVM 539"**: possui o significado atribuído no item 4.6.2;
- 1.1.78. **"Instrução CVM 476"**: possui o significado atribuído no item 2.1;
- 1.1.79. **"Instrução CVM 400"**: possui o significado atribuído no inciso (xxix) do item 7.1.1;
- 1.1.80. **"Investidores Profissionais"**: possui o significado atribuído no item 4.6.2;
- 1.1.81. **"Investidores Qualificados"**: possui o significado atribuído no item 4.6.3;
- 1.1.82. **"JUCERN"**: possui o significado atribuído no item 3.2.1;

- 1.1.83. "**Juros Remuneratórios**": possui o significado atribuído no item 5.6.1;
- 1.1.84. "**Lei das Sociedades por Ações**": possui o significado atribuído no item 2.1;
- 1.1.85. "**Macambiras Holding**": possui o significado atribuído no preâmbulo;
- 1.1.86. "**MME**": significa o Ministério de Minas e Energia;
- 1.1.87. "**MDA**": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.88. "**Mudança Adversa Relevante**" possui o significado atribuído no item 6.1.2;
- 1.1.89. "**Notificação de Vencimento Antecipado**": possui o significado atribuído no item 6.2.1;
- 1.1.90. "**Obrigações Garantidas**": possui o significado atribuído no item 5.8.1;
- 1.1.91. "**Oferta de Resgate Antecipado Facultativo**": possui o significado atribuído no item 5.11.1;
- 1.1.92. "**Oferta Restrita**": possui o significado atribuído no item 2.1;
- 1.1.93. "**Parte**" ou "**Partes**": possuem os significados atribuídos no preâmbulo;
- 1.1.94. "**Período de Capitalização**": possui o significado atribuído no item 5.6.1.1;
- 1.1.95. "**Plano de Distribuição**": possui o significado atribuído no item 4.6.2;
- 1.1.96. "**Preço de Subscrição**": possui o significado atribuído no item 5.2.2;
- 1.1.97. "**Projeto**": possui o significado atribuído no item 4.2.1;
- 1.1.98. "**Rendimentos Alienados**": possui o significado atribuído na alínea (d) do item 5.8.4.1;
- 1.1.99. "**Resgate Antecipado Obrigatório Total**": possui o significado atribuído no item 5.12.1;
- 1.1.100. "**Seguros do Projeto**" significam os seguros, na modalidade de seguro garantia / *performance bond* listados no Anexo II;
- 1.1.101. "**SPE I**": possui o significado atribuído no preâmbulo;
- 1.1.102. "**SPE II**": possui o significado atribuído no preâmbulo;
- 1.1.103. "**SPE III**": possui o significado atribuído no preâmbulo;
- 1.1.104. "**SPE IV**": possui o significado atribuído no preâmbulo;
- 1.1.105. "**SPEs**": possui o significado atribuído no preâmbulo;
- 1.1.106. "**Taxa DI**": possui o significado atribuído no item 5.6.1;
- 1.1.107. "**Valor Nominal Unitário**": possui o significado atribuído no item 5.1.1;

1.1.108. "**Valor Total da Emissão**": possui o significado atribuído no item 4.5.1; e

1.1.109. "**Vencimento Antecipado**": possui o significado atribuído no item 6.1.1.

CLÁUSULA II - AUTORIZAÇÃO

- 2.1. A Emissão (conforme definido abaixo), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores ("**Lei das Sociedades por Ações**"), a oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e alterações posteriores ("**Instrução CVM 476**") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("**Oferta Restrita**"), a outorga das Garantias (conforme definido abaixo), bem como a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia (conforme definido abaixo) e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), serão realizadas com base nas deliberações tomadas: (i) em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora realizada em 14 de abril de 2016 ("**AGE da Emissora**"); (ii) em Assembleia Geral Extraordinária de cada uma das SPEs, realizadas em 14 de abril de 2016 ("**AGEs das SPEs**"); (iii) em Assembleia Geral Extraordinária da Gestamp Brasil realizada em 14 de abril de 2016 ("**AGE da Gestamp Brasil**"); (iv) em reunião do Conselho de Administração da Gestamp Promociones realizada em 13 de abril de 2016 ("**Ato Societário da Gestamp Promociones**"); e (v) em Assembleia Geral Extraordinária da Macambiras Holding realizada em 14 de abril de 2016 ("**AGE da Macambiras Holding**").

CLÁUSULA III - REQUISITOS

- 3.1. A 1ª (primeira) emissão, para distribuição pública com esforços restritos, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, da Emissora ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), a Oferta Restrita, a outorga das Garantias (conforme definido abaixo) e a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia (conforme definido abaixo) serão realizados de acordo com os requisitos a seguir.
- 3.2. **Arquivamento e Publicação da Ata da AGE da Emissora, das Atas de AGEs das SPEs, da Ata de AGE da Macambiras Holding e da Ata de AGE da Gestamp Brasil**
- 3.2.1. A ata da AGE da Emissora será devidamente: (i) arquivada perante a Junta Comercial do Rio Grande do Norte ("**JUCERN**"); e (ii) publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte ("**DOERN**") e no jornal "Expresso RN", nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.
- 3.2.2. As atas de AGEs das SPEs serão devidamente: (i) arquivadas perante a JUCERN; e (ii) publicadas no DOERN e no jornal "Expresso RN".
- 3.2.3. A ata da AGE da Macambiras Holding será devidamente: (i) arquivada perante a JUCERN; e (ii) publicada no DOERN e no jornal "Expresso RN".
- 3.2.4. A ata da AGE Gestamp Brasil será devidamente: (i) arquivada perante a JUCERN; e (ii) publicada no DOERN e no jornal "Expresso RN".
- 3.3. **Arquivamento e Registro da Escritura de Emissão e de Eventuais Aditamentos**
- 3.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCERN, nos termos do inciso II e parágrafo terceiro do artigo 62, da Lei das Sociedades por Ações. O protocolo desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos na JUCERN ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis



contados da data da sua assinatura, sendo que o efetivo registro deverá ocorrer no prazo de até 60 (sessenta) dias contados do respectivo protocolo. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original ou, conforme aplicável, cópia com a devida assinatura digital da JUCERN que comprove o efetivo registro desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo registro.

- 3.3.2. Em virtude das Fianças Brasileiras de que trata o item 5.8.10, de acordo com o disposto nos artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, a presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados no cartório de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, bem como da Cidade de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte. O protocolo da Escritura de Emissão nos cartórios de registro de títulos e documentos acima mencionados deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, conforme seja o caso. O efetivo registro da Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos nos cartórios de registro de títulos e documentos acima mencionados deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de seus respectivos protocolos. A Emissora entregará uma via original desta Escritura de Emissão ou de seus aditamentos, registrados ou averbados, conforme o caso, nos cartórios competentes, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do efetivo registro ou averbação.

3.4. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

- 3.4.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições aplicáveis, estando automaticamente dispensada de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, não sendo objeto de protocolo, registro e arquivamento perante a CVM, exceto pelo envio, pela instituição intermediária líder da Oferta Restrita ("**Coordenador Líder**"), da comunicação sobre o início da Oferta Restrita ("**Comunicado de Início**") e da comunicação de seu encerramento à CVM ("**Comunicado de Encerramento**"), nos termos dos artigos 7º-A e 8º, respectivamente, da Instrução CVM 476.

3.5. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

- 3.5.1. A Oferta Restrita será registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**"), exclusivamente para fins de envio de informações à base de dados da ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 e nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", desde que sejam expedidas as diretrizes específicas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da ANBIMA nesse sentido até o envio do Comunicado de Encerramento.

3.6. Depósito Eletrônico para Distribuição, Negociação e Custódia

- 3.6.1. As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição pública no mercado primário através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("**MDA**"),



administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário e para custódia eletrônica por meio do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.7. Outros Requisitos

- 3.7.1. A Emissão observará ainda a formalização e constituição das Garantias Reais (conforme definido abaixo), com os devidos registros, em conformidade com o disposto no artigo 62, III, da Lei das Sociedades por Ações, devendo o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPEs, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Holding, o Contrato de Alienação Fiduciária de Aerogeradores e o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definidos abaixo) serem registrados nos termos do item 5.8 abaixo.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1. Objeto Social da Emissora

- 4.1.1. A Emissora tem por objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento parque eólico EOL Parque Eólico Cabeço Preto V ("EOL Cabeço Preto V"), incluindo a implantação e montagem, bem como a comercialização da energia decorrente.

4.2. Destinação dos Recursos da Emissão

- 4.2.1. Os recursos da Emissão deverão ser utilizados para a realização de investimentos iniciais para a construção, desenvolvimento e implementação do parque eólico EOL Cabeço Preto V, localizado nos municípios de Pedra Preta e Jardim de Angicos, Estado do Rio Grande do Norte ("Destinação dos Recursos") ("Projeto").

4.3. Número da Emissão

- 4.3.1. As Debêntures representam a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

4.4. Número de Séries

- 4.4.1. A Emissão será realizada em série única.

4.5. Valor Total da Emissão

- 4.5.1. O valor total da Emissão é de R\$ 86.559.000,00 (oitenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil reais) ("Valor Total da Emissão") na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

4.6. Colocação, Procedimento e Registro de Distribuição

- 4.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, em regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, de forma individual e não solidária, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), sendo a instituição intermediária líder denominada

"**Coordenador Líder**", nos termos e condições estabelecidos no "*Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, da 1ª (Primeira) Emissão da Gestamp Eólica Jardins S.A.*", celebrado entre os Coordenadores, a Emissora e as SPes ("**Contrato de Distribuição**").

- 4.6.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 e no Contrato de Distribuição ("**Plano de Distribuição**"). Para tanto, para realizar a distribuição das Debêntures, os Coordenadores poderão acessar no máximo 75 (setenta e cinco) investidores profissionais, conforme definição constante do artigo 9º-A da Instrução CVM 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("**Instrução CVM 539**") ("**Investidores Profissionais**"), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476, sendo certo, ainda, que fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único Investidor Profissional para os fins dos limites acima.
- 4.6.3. As Debêntures só poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado por investidores qualificados, conforme definição constante do artigo 9º-B da Instrução CVM 539 ("**Investidores Qualificados**"), depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais, observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações do artigo 17 da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.
- 4.6.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando estar ciente, dentre outros, de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e seu registro na ANBIMA está condicionado à expedição pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da ANBIMA, até a data de envio do Comunicado de Encerramento, de diretrizes específicas para o cumprimento de tal obrigação; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias previstas no item 5.8 a seguir e concorda expressamente com todos os termos e condições da Emissão.
- 4.6.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta Restrita ou no mercado secundário, conforme aplicável, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.
- 4.6.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.
- 4.6.7. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o Plano de Distribuição.

- 4.6.8. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, de forma que a totalidade das Debêntures deverá ser subscrita e integralizada dentro do prazo de distribuição pública. A Emissão não poderá ser aumentada em nenhuma hipótese.

CLÁUSULA V - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Características Básicas

- 5.1.1. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("**Valor Nominal Unitário**").
- 5.1.2. Atualização do Valor Nominal Unitário: Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário.
- 5.1.3. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 86.559 (oitenta e seis mil, quinhentas e cinquenta e nove) debêntures.
- 5.1.4. Forma. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, nos termos do artigo 63, parágrafo segundo, da Lei das Sociedades por Ações.
- 5.1.5. Comprovação de Titularidade. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures, emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo), onde serão inscritos os nomes dos respectivos Debenturistas. Adicionalmente, as Debêntures depositadas eletronicamente na CETIP terão sua titularidade comprovada pelo extrato em nome dos Debenturistas emitido pela CETIP.
- 5.1.6. Classe. As Debêntures serão simples e não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 5.1.7. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória. As Debêntures serão, adicionalmente, garantidas por garantia fidejussória regida por lei espanhola a ser emitida pela Gestamp Renovables ("**Fiadora Espanhola**").
- 5.1.8. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será **25 de abril de 2016** ("**Data de Emissão**").
- 5.1.9. Prazo e Data de Vencimento. O vencimento das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 12 (doze) meses contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em **25 de abril de 2017** ("**Data de Vencimento**"), ressalvadas as hipóteses de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo total, Resgate Antecipado Obrigatório Total e Vencimento Antecipado das Debêntures (conforme definidos abaixo).

5.2. Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures

- 5.2.1. As Debêntures poderão ser subscritas, a qualquer tempo, por Investidores Profissionais, dentro do prazo de distribuição pública, observado o disposto no artigo 7-A da Instrução CVM 476, conforme item 4.6 da presente Escritura de Emissão.

- 5.2.2. Todas as Debêntures serão subscritas, no mercado primário, à vista, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, no caso da primeira data de subscrição e integralização de Debêntures ("**Data da Primeira Integralização**"), ou, se aplicável, pelo Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização até as demais datas de integralização das Debêntures, utilizando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento ("**Preço de Subscrição**").

5.3. Direito de Preferência

- 5.3.1. Não há direito de preferência pelas atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures.

5.4. Participação nos Lucros

- 5.4.1. As Debêntures não farão jus à participação nos lucros da Emissora.

5.5. Prêmio de Reembolso

- 5.5.1. As Debêntures não farão jus a prêmio de reembolso.

5.6. Remuneração das Debêntures

- 5.6.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI, "*over extra-grupo*", expressa na forma percentual, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, apurada e divulgada diariamente pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.cetip.com.br>) ("**Taxa DI**"), acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 3,80% (três inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("**Juros Remuneratórios**"), calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data da Primeira Integralização até a Data de Vencimento, aplicando-se a fórmula descrita no item 5.6.3 abaixo.

- 5.6.1.1. Define-se como "**Período de Capitalização**" o intervalo de tempo que se inicia na Data da Primeira Integralização e termina na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório Total e Vencimento Antecipado.

- 5.6.2. O pagamento dos Juros Remuneratórios será devido na Data de Vencimento, na data da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, na data do Resgate Antecipado Obrigatório Total ou na data de Vencimento Antecipado, conforme o caso.

- 5.6.3. Os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1), \text{ onde:}$$

"J" corresponde ao valor unitário dos juros remuneratórios devido no final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"Fator de Juros" é composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

Fator de Juros = FatorDI x FatorSpread, onde:

"FatorDI" corresponde ao produtório das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

"k" corresponde ao número de ordem das Taxas DI, sendo "k" um número inteiro;

"n" corresponde ao número total de Taxas DI consideradas no Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

"TDI_k" corresponde à Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

"DI_k" corresponde à Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

"spread" será de 3,8000 (três inteiros e oitenta centésimos);

"DP" é o número de dias úteis entre a Data da Primeira Integralização ou data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Observações:

- (i) o fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;

- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDl_k)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI", com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (iv) o fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

5.6.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração dos Juros Remuneratórios, na referida data, será aplicada a última Taxa DI aplicável divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto pela Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI disponível.

5.6.5. Na ausência da apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definido abaixo) consecutivos ou em caso de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI, será convocada, pelo Agente Fiduciário, Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula X abaixo, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento que der causa à referida convocação, para os Debenturistas deliberarem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real da moeda e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios devidos e, se for o caso, dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), utilizando, para tanto, a última Taxa DI divulgada, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data da Primeira Integralização, sem qualquer prêmio.

5.6.6. Caso a Taxa DI volte a ser apurada ou divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 5.6.5 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada, devendo a Taxa DI, a partir de sua divulgação, ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

5.6.7. Farão jus aos pagamentos aqueles que forem titulares de Debêntures no final do Dia Útil (conforme definido abaixo) anterior à data de pagamento.

5.6.8. As Acionistas, a Gestamp Renovables, as Fiadoras Brasileiras e a Emissora desde já concordam com o disposto nos itens 5.6.4 e 5.6.5 acima, sendo que a ocorrência dos eventos neles descritos não importará em novação, nos termos dos artigos 360 e seguintes do Código Civil (conforme abaixo definido), mantendo-se as Fianças Brasileiras e, se aplicável nos termos da legislação e da regulamentação espanholas, a Fiança Corporativa, válidas e em pleno vigor.



As Acionistas, a Gestamp Renovables, as Fiadoras Brasileiras e a Emissora concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

5.7. Amortização das Debêntures

- 5.7.1. O Valor Nominal Unitário na Data de Emissão será amortizado, integralmente, na Data de Vencimento ("**Amortização**"), ressalvados os casos de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório Total ou Vencimento Antecipado.

5.8. Garantias

- 5.8.1. O pagamento de todas as obrigações contraídas no âmbito dessa Escritura de Emissão, incluindo (i) o Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão; e (ii) a totalidade dos acessórios e do principal, incluindo a remuneração do Agente Fiduciário e demais despesas por este realizadas na execução da sua função, bem como todo e qualquer custo ou despesa, inclusive com honorários advocatícios, comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos, outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão (em conjunto, as "**Obrigações Garantidas**") será garantido pelas Garantias Reais (conforme definido abaixo) descritas nos itens 5.8.2 a 5.8.6 abaixo, nos termos e de acordo com os respectivos Contratos de Garantia (conforme definido abaixo), bem como pelas Fianças Brasileiras (conforme definido abaixo) descritas no item 5.8.10 abaixo e pela Fiança Corporativa (conforme definido abaixo) descrita no item 5.8.9 abaixo.
- 5.8.2. As Garantias (conforme abaixo definidas) serão compartilhadas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, na proporção do respectivo número de debêntures de propriedade de cada Debenturista, entre as dívidas decorrentes: (i) da presente Escritura de Emissão; (ii) da Escritura de 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da SPE I, celebrado nessa data pela SPE I ("**Emissão de Debêntures SPE I**"); (iii) da Escritura de 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da SPE II, celebrado nessa data pela SPE II ("**Emissão de Debêntures SPE II**"); (iv) da Escritura de 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da SPE III, celebrado nessa data pela SPE III ("**Emissão de Debêntures SPE III**") e (v) da Escritura de 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única para Distribuição Pública com Esforços Restritos da SPE IV, celebrado nessa data pela SPE IV ("**Emissão de Debêntures SPE IV**").
- 5.8.3. Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas, se e quando aplicável, cumulativo entre si, das Garantias (conforme definido abaixo), podendo o Agente Fiduciário executar ou excutir todas ou cada uma delas indiscriminadamente, para os fins de amortizar ou quitar com as obrigações

la

7

decorrentes da presente Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia (conforme definido abaixo), bem como das escrituras de emissão relativas à Emissão de Debêntures SPE I, Emissão de Debêntures SPE II, Emissão de Debêntures SPE III e Emissão de Debêntures SPE IV (em conjunto com a Escritura de Emissão, "**Escrituras**").

5.8.4. Alienação Fiduciária de Ações

5.8.4.1. As Debêntures são garantidas por alienação fiduciária, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, dos artigos 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("**Código Civil**"), bem como dos artigos 40, 100, inciso I, e 113 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações das SPEs" a ser celebrado entre o Agente Fiduciário, as Acionistas, a Emissora, as SPEs e a Macambiras Holding ("**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPEs**") e do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Macambiras Holding S.A." a ser celebrado entre o Agente Fiduciário, as Acionistas, a Emissora, as SPEs e a Macambiras Holding ("**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Holding**"), da propriedade fiduciária, do domínio resolúvel e da posse indireta de:

- (i) (1) 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da Emissora, 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da SPE I, 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da SPE II, 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da SPE III, 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da SPE IV, todas de propriedade da Gestamp Brasil ou da Macambiras Holding após a ocorrência da reorganização societária das sociedades pertencentes do grupo econômico da Emissora, nos termos do inciso (I) do item 7.1.1 desta Escritura de Emissão, conforme aplicável, e 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da Macambiras Holding, todas de propriedade da Gestamp Brasil, correspondentes a 0,00000002% do capital social da Emissora, 0,00000003% do capital social da SPE I, 0,00000005% do capital social da SPE II, 0,00000003% do capital social da SPE III, 0,00000003% do capital social da SPE IV e 0,10% do capital social da Macambiras Holding, e (2) 4.925.039.565 (quatro bilhões, novecentas e vinte e cinco milhões, trinta e nove mil, quinhentas e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Emissora, 3.633.770.327 (três bilhões, seiscentas e trinta e três milhões, setecentas e setenta mil, trezentas e vinte e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da SPE I, 1.933.667.733 (um bilhão, novecentas e trinta e três milhões, seiscentas e sessenta e sete mil, setecentas e trinta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da SPE II, 3.071.530.188 (três bilhões, setenta e uma milhões, quinhentas e trinta mil, cento e oitenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da SPE III, 3.764.143.507 (três bilhões, setecentas e sessenta e quatro milhões, cento e quarenta e três mil, quinhentas e sete)

la

1

ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da SPE IV, todas de propriedade da Gestamp Promociones ou da Macambiras Holding após a ocorrência da reorganização societária das sociedades pertencentes do grupo econômico da Emissora, nos termos do inciso (I) do item 7.1.1 desta Escritura de Emissão, conforme aplicável, e 999 (novecentas e noventa e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Macambiras Holding, todas de propriedade da Gestamp Promociones, correspondentes a 99,99999998% do capital social da Emissora, 99,99999997% do capital social da SPE I, 99,99999995% do capital social da SPE II, 99,99999997% do capital social da SPE III, 99,99999997% do capital social da SPE IV e 99,90% do capital social da Macambiras Holding (em conjunto, "**Ações**");

(ii) todos os direitos, existentes e futuros, decorrentes das ações representativas do capital social da Emissora, das SPEs e da Macambiras Holding, incluindo:

(a) todas as ações representativas do capital social da Emissora, das SPEs e da Macambiras Holding, livres e desembaraçadas de quaisquer gravames, exceto pela alienação fiduciária de ações, objeto do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPEs e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Holding;

(b) todas as novas ações de emissão da Emissora, das SPEs ou da Macambiras Holding que suas acionistas venham a subscrever ou adquirir no futuro, durante a vigência do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPEs e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Holding, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas, inclusive em quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários, e todas as ações que, a partir da data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPEs e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Holding, sejam porventura atribuídas às suas acionistas, ou seus eventuais sucessores legais ou qualquer novo acionista por meio de bonificações, desmembramentos ou grupamentos das ações, consolidação, fusão, aquisição, permuta de ações, divisão de ações, conversão de debêntures de emissão da Emissora e de titularidade das suas acionistas, reorganização societária ou sob qualquer outra forma, quer substituam ou não as Ações, as quais, caso sejam subscritas ou adquiridas pelas suas acionistas, integrarão, e ficarão automaticamente alienadas fiduciariamente nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPEs e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Holding ("**Ações Adicionais**" e, em conjunto com Ações, as "**Ações Alienadas**");

(c) todos os frutos, lucros, rendimentos, remuneração, reembolso de capital, bonificações, juros, distribuições e demais direitos que forem atribuídos expressamente às



Ações Alienadas, a qualquer título, inclusive dividendos, em dinheiro ou mediante distribuição de novas ações, juros sobre o capital próprio e todos os demais proventos, que venham a ser apurados, declarados e ainda não pagos ou creditados pela Emissora, pelas SPEs e/ou pela Macambiras Holding em relação às Ações Alienadas em conta vinculada a ser indicada no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPEs e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Holding ("**Direitos Relacionados às Ações Alienadas**") e

- (d) todos os rendimentos decorrentes dos investimentos realizados com os recursos creditados em conta vinculada a ser indicada no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPEs e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Holding, incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a serem distribuídos às suas acionistas em relação aos Direitos Relacionados às Ações Alienadas ("**Rendimentos Alienados**" e, em conjunto com Ações Alienadas e os Direitos Relacionados às Ações Alienadas, os "**Bens e Direitos Alienados**").

5.8.4.2. O Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPEs e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Holding, bem como eventuais aditamentos, serão registrados nos competentes cartórios de títulos e documentos localizados nas cidades sedes das partes signatárias dos referidos contratos. Adicionalmente, serão averbadas as alienações fiduciárias objeto do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPEs e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Holding e de eventuais aditamentos nos livros de registro de ações nominativas da Emissora, das SPEs e da Macambiras Holding, nos termos do artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações. Após referidos registros, a Emissora deverá, nos termos e prazos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPEs e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Holding, disponibilizar ao Agente Fiduciário: (i) as vias originais registradas do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPEs e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Holding, bem como de eventuais aditamentos; e (ii) cópia autenticada dos livros de registro de ações nominativas da Emissora, das SPEs e da Macambiras Holding, contendo as respectivas averbações.

5.8.5. Alienação Fiduciária de Aeroeradores

- 5.8.5.1. As Debêntures são garantidas por alienação fiduciária em garantia, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Aeroeradores", a ser celebrado entre o Agente Fiduciário, a Emissora e cada uma das SPEs ("**Contrato de Alienação Fiduciária de Aeroeradores**"), por meio do qual será alienada, sob condição suspensiva, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse

indireta dos aerogeradores do Projeto.

- 5.8.5.2. O Contrato de Alienação Fiduciária de Aerogeradores, bem como eventuais aditamentos, serão registrados nos competentes cartórios de títulos e documentos localizados nas cidades sedes das partes signatárias do Contrato de Alienação Fiduciária de Aerogeradores. Após referidos registros, a Emissora deverá, nos termos e prazos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Aerogeradores, disponibilizar ao Agente Fiduciário as vias originais registradas do referido contrato e de seus eventuais aditamentos.

5.8.6.

Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes e Direitos Creditórios

- 5.8.6.1. As Debêntures são garantidas por cessão fiduciária em garantia, nos termos do artigo 1.361 e seguintes do Código Civil, do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, do Decreto Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969 e alterações posteriores, e dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e alterações posteriores, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada, de Direitos Emergentes e Direitos Creditórios e Outras Avenças", a ser celebrado entre o Agente Fiduciário, a Emissora, cada uma das SPEs, a Macambiras Holding e as Acionistas ("**Contrato de Cessão Fiduciária**") e do "Contrato de Prestação de Serviços de Depositário", a ser celebrado entre o Agente Fiduciário, a Emissora, cada uma das SPEs e o Banco Depositário ("**Contrato de Prestação de Serviços Depositário**"), da propriedade fiduciária, do domínio resolúvel e da posse indireta dos direitos (incluindo creditórios), principais e acessórios, existentes e futuros, detidos ou de titularidade da Emissora e das SPEs:

- (i) emergentes das outorgas de autorização emitidas pelo Ministério de Minas e Energia ("**MME**") para os Projetos, em nome das SPEs e/ou da Emissora, cuja descrição se encontra detalhada no Contrato de Cessão, e quaisquer atos regulatórios que venham a alterá-las ("**Autorizações**");
- (ii) decorrentes do "Contrato de Prestação de Serviços para Construção do BOP dos Parques Eólicos Macambira I (18MW) e Macambira II (18MW) na Região Lagoa Nova, Rio Grande do Norte, Brasil", celebrado entre a SPE III, a SPE IV e a TSK Energia e Desenvolvimento Ltda. em 21 de julho de 2015, bem como de quaisquer aditivos e/ou outros instrumentos que venham a substituí-lo ("**BOP Macambira**");
- (iii) decorrentes do "Contrato de Prestação de Serviços para Construção do BOP dos Parques Eólicos Cabeço Preto III (26MW), Cabeço Preto V (26MW) e Cabeço Preto VI (18MW) na Região João Câmara, Rio Grande do Norte, Brasil", celebrado entre a Emissora, a SPE I, a SPE II e a TSK Energia e Desenvolvimento Ltda. em 21 de julho de 2015, bem como de quaisquer aditivos e/ou outros instrumentos que venham a substituí-lo ("**BOP Cabeço Preto**");
- (iv) decorrentes dos contratos "*Supply and Installation Agreement*",

la

1

celebrados entre a Emissora e cada uma das SPEs com a Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda. em 30 de janeiro de 2015, bem como de quaisquer aditivos e/ou outros instrumentos que venham a substituí-los ("**Contratos de Fornecimento**");

- (v) decorrentes dos contratos "*Service and Availability Agreement*", celebrados entre a Emissora e cada uma das SPEs com a Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda., com relação aos parques eólicos Cabeço Preto III, Cabeço Preto V, Cabeço Preto VI, Macambira I e Macambira II, em 30 de janeiro de 2015, bem como de quaisquer aditivos e/ou outros instrumentos que venham a substituí-los ("**Contratos de Prestação de Serviços**");
- (vi) decorrentes da totalidade dos "Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado", identificados no Contrato de Cessão, celebrados entre a Emissora e cada uma das SPEs com as concessionárias distribuidoras de energia elétrica, relacionados ao 13º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela ANEEL, realizado em 20 de dezembro de 2011, bem como de quaisquer aditivos e/ou outros instrumentos que venham a substituí-los ("**CCEARs**");
- (vii) decorrentes de todos os recursos financeiros (incluindo receitas) provenientes: (a) das Autorizações; (b) do BOP Cabeço Preto; (d) do BOP Macambira; (e) dos Contratos de Fornecimento; (e) dos Contratos de Prestação de Serviços; e (f) dos CCEARs, recebidos, mantidos e depositados nas contas correntes de titularidade da Emissora e de cada uma das SPEs junto ao Banco Depositário, conforme identificadas no Contrato de Cessão ("**Contas Vinculadas – Recursos Financeiros**"), bem como todos e quaisquer valores e recursos que venham a ser depositados nas Contas Vinculadas – Recursos Financeiros decorrentes dos itens acima, independentemente de onde se encontrarem, inclusive em trânsito ou em fase de compensação bancária;
- (viii) decorrentes dos depósitos nas contas correntes da Emissora e de cada uma das SPEs junto ao Banco Depositário, identificadas no Contrato de Cessão ("**Contas Vinculadas – Reserva para Penalidades**") e, em conjunto com Contas Vinculadas – Recursos Financeiras, "**Contas Vinculadas**";
- (ix) decorrentes dos Investimentos Permitidos (conforme definido no Contrato de Cessão) realizados com os recursos creditados nas Contas Vinculadas, incluindo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a serem distribuídos à Emissora ou às SPEs, conforme aplicável; e
- (x) decorrentes dos eventuais pagamentos de indenizações no âmbito da indicação do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, como beneficiário de todos e

quaisquer seguros contratados (ou a serem contratados) pela Emissora e/ou pelas SPEs, incluindo seguro garantia para cobertura de riscos do Projeto relativos à responsabilidade civil, danos materiais, lucros cessantes e riscos de equipamentos na execução da obra civil na fase de implantação do Projeto, para fins de recebimento de eventual indenização em caso de sinistro dos referidos seguros.

- 5.8.6.2. As Contas Vinculadas foram constituídas para (i) a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária e (ii) custódia dos recursos financeiros e reserva para penalidade de que tratam os incisos (vii) e (viii) do item 5.8.6.1 acima, e é movimentável exclusivamente pelo Banco Depositário, conforme instruções do Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário.
- 5.8.6.3. O Contrato de Cessão Fiduciária, bem como eventuais aditamentos, serão registrados, pela Emissora e pelas SPEs, nos competentes cartórios de títulos e documentos localizados nas cidades sedes das partes signatárias do Contrato de Cessão Fiduciária. Após o registro, a Emissora deverá, nos termos e prazos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, disponibilizar ao Agente Fiduciário as vias originais registradas do referido contrato e de seus eventuais aditamentos.
- 5.8.7. Para efeitos desta Escritura de Emissão, as garantias reais objeto do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPEs, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Holding, do Contrato de Alienação Fiduciária de Aerogeradores e do Contrato de Cessão Fiduciária são denominadas, em conjunto, "**Garantias Reais**". O Contrato de Alienação Fiduciária de Ações SPEs, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Holding, o Contrato de Alienação Fiduciária de Aerogeradores, o Contrato de Cessão Fiduciária e a Fiança Corporativa (conforme abaixo definido) são denominados, por sua vez, em conjunto, "**Contratos de Garantia**".
- 5.8.8. Os Contratos de Garantia deverão ser levados a registro, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão e nos respectivos Contratos de Garantia, conforme aplicável. O Agente Fiduciário fica, desde já, autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, para, em nome da Emissora, promover o registro dos Contratos de Garantia e seus aditamentos, caso a Emissora não o faça, às expensas da Emissora, nos termos dispostos nos artigos 653, 684 e parágrafo 1º do artigo 661 do Código Civil, sem prejuízo da configuração de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora.
- 5.8.9. Fiança Corporativa
- 5.8.9.1. O cumprimento das Obrigações Garantidas e o pagamento integral das Debêntures será garantido, adicionalmente, por fiança corporativa regida por lei espanhola a ser emitida pela Gestamp Renovables ("**Fiança Corporativa**").
- 5.8.9.2. Cabe ao Agente Fiduciário, em nome e a favor dos Debenturistas, requerer a execução da Fiança Corporativa se verificado, de acordo com esta Escritura, qualquer inadimplemento de obrigação pecuniária pela Emissora, independentemente da ocorrência de declaração de

Vencimento Antecipado, nos termos do respectivo instrumento de Fiança Corporativa.

5.8.10. Fianças Brasileiras

- 5.8.10.1. Adicionalmente às Garantias Reais acima descritas e à Fiança Corporativa, as Fiadoras Brasileiras assumem, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiadoras e principais pagadoras da dívida afiançada referente às Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão ("**Fianças Brasileiras**") e, em conjunto com as Garantias Reais e com a Fiança Corporativa, as "**Garantias**", obrigando-se, solidariamente entre si e juntamente com a Emissora, por todas as obrigações assumidas pela Emissora em relação às Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão e em conformidade com o Código Civil, incluindo, mas não se limitando, às Obrigações Garantidas. As Fianças Brasileiras são prestadas em caráter irrevogável e irretratável e compreendem a dívida principal e todos os seus acessórios, incluindo os Juros Remuneratórios, multa convencional e quaisquer outros acréscimos, inclusive os encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber ("**Valor Garantido**"). Assim, respondem as Fiadoras Brasileiras, em caso de inadimplemento, total ou parcial, da Emissora, solidariamente e como principais pagadoras de toda e qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures. Todo e qualquer pagamento realizado por quaisquer das Fiadoras Brasileiras em relação às Fianças Brasileiras ora prestadas será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte.
- 5.8.10.2. As Fiadoras Brasileiras se obrigam a, observados os prazos de cura aplicáveis e independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, pagar o Valor Garantido em até 1 (um) Dia Útil contado da data de recebimento de notificação acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas, enviada pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, informando da falta de pagamento de qualquer das obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, inclusive no âmbito de Resgate Antecipado Obrigatório Total, ou acerca da declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário no Dia Útil seguinte a sua ciência da falta de pagamento de qualquer das obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, inclusive no âmbito de Resgate Antecipado Obrigatório Total, ou da declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.
- 5.8.10.3. Fica facultado a qualquer das Fiadoras Brasileiras efetuar o pagamento de obrigação inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido

nesta Escritura de Emissão, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado por tal Fiadora Brasileira.

- 5.8.10.4. As Fiadoras Brasileiras, neste ato, renunciam expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 ("**Código de Processo Civil**").
- 5.8.10.5. Não será considerada moratória concedida à Emissora, nem respectiva exoneração das Fiadoras Brasileiras nos termos previstos no inciso I, do artigo 838 do Código Civil, a dilação de prazo para o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora, obtida mediante aprovação, dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 5.8.10.6. Para todo e qualquer pagamento que venha a ser efetuado pelas Fiadoras Brasileiras, em cumprimento das Fianças Brasileiras ora outorgadas, ocorrerá a sub-rogação, em todos os direitos, ações, privilégios e garantias do credor primitivo, em relação à dívida da Emissora, sendo certo que cada Fiadora Brasileira obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido nos termos do artigo 351 do Código Civil.
- 5.8.10.7. As Fianças Brasileiras obrigam as Fiadoras Brasileiras e seus sucessores, a qualquer título, até a integral liquidação das Debêntures. As Fiadoras Brasileiras não poderão ceder as obrigações decorrentes das presentes Fianças Brasileiras.
- 5.8.10.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância dos prazos para execução das Fianças Brasileiras em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo as Fianças Brasileiras serem executadas e exigidas pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, por quantas vezes forem necessárias até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas e do Valor Garantido.
- 5.8.10.9. As Fianças Brasileiras entrarão em vigor na Data de Emissão e permanecerão válidas em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações nos termos da presente Escritura e de quitação do Valor Garantido.
- 5.8.10.10. Cada uma das Fiadoras Brasileiras declara e garante que (a) a prestação da Fiança Brasileira foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; (b) todas as autorizações necessárias para prestação da Fiança Brasileira foram obtidas e se encontram em pleno vigor; e (c) o prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, será a data do pagamento integral do Valor Garantido.
- 5.8.10.11. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada por qualquer das Fiadoras Brasileiras com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os



Debenturistas.

5.9. Condições de Pagamento

5.9.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados conforme o disposto nos itens a seguir:

5.9.1.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem depositadas eletronicamente na CETIP, (a) na sede da Emissora ou (b) conforme o caso, através do Escriturador (conforme definido abaixo) contratado para este fim.

5.9.1.2. Todo vencimento de pagamentos que ocorra em sábados, domingos e feriados declarados nacionais, inclusive perante a CETIP, será, para todos os fins e efeitos desta Escritura de Emissão, prorrogado para o Dia Útil (conforme definido abaixo) subsequente.

5.9.1.3. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso, independentemente da incidência dos Juros Remuneratórios, ficarão sujeitos a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "**Encargos Moratórios**").

5.9.1.4. Caso os Debenturistas gozem de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, estes deverão encaminhar ao Escriturador (conforme definido abaixo), no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido abaixo) antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

5.10. Repactuação

5.10.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

5.11. Oferta de Resgate Antecipado Facultativo

5.11.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar oferta facultativa de resgate antecipado parcial ou total das Debêntures, a ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar, a seu exclusivo critério, a oferta facultativa de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade ("**Oferta de Resgate Antecipado Facultativo**"), de acordo com as seguintes condições:

(i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, a exclusivo critério da Emissora, de um dos seguinte meios: (a) publicação de anúncio aos Debenturistas nos termos do item 12.6

abaixo ("**Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo**") ou (b) comunicação individual enviada a cada um dos Debenturistas nos termos do item 12.7 abaixo ("**Comunicado de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo**") e, em conjunto com o Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, "**Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo**", com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis. A Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, incluindo (a) se a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo será relativa à totalidade ou à parte das Debêntures ; (b) caso seja parcial, a quantidade de Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo e, caso necessário, os procedimentos para sorteio das Debêntures a serem resgatadas; (c) se a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (d) o valor do prêmio *flat* de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (e) a forma de manifestação, com cópia para o Agente Fiduciário, à Emissora, pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo; (f) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures dos respectivos titulares de Debêntures que indicarem seu interesse em participar da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, que será a mesma para todas as Debêntures, e que deverá ocorrer em uma única data, a ser definida na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo; e (g) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures dos respectivos titulares de Debêntures que indicaram seu interesse em participar da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo;

- (ii) após a Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas que desejarem aderir à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo deverão se manifestar nesse sentido à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, na forma e até o encerramento do prazo a ser estabelecido na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, o qual não poderá ser superior a 10 (dez) Dias Úteis;
- (iii) a Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativo, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar a realização do resgate antecipado (1) ao Escriturador, (2) ao Banco Liquidante, e (3) à CETIP, em relação às Debêntures depositadas na CETIP;
- (iv) o valor a ser pago aos Debenturistas que indicaram seu interesse em participar da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao Valor Nominal Unitário (a) acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de prêmio *flat* de resgate a ser oferecido aos Debenturistas a exclusivo critério da Emissora;

- (v) caso a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo se refira a parte das Debêntures e a quantidade de Debêntures dos respectivos titulares de Debêntures que indicaram seu interesse em participar da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo seja maior do que a quantidade à qual a Oferta de Resgate Antecipado Facultativo foi originalmente direcionada, o resgate antecipado será feito por meio de sorteio coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo. Os Debenturistas serão informados, por escrito, com a antecedência prevista na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado Facultativo sobre o resultado do sorteio;
- (vi) o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo será realizado nos termos do item 5.9.1 acima; e
- (vii) com relação às Debêntures (a) que estejam depositadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado será efetuado em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP; e (b) que não estejam depositadas eletronicamente na CETIP, será efetuado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador.

5.12. Resgate Antecipado Obrigatório Total

- 5.12.1. Observado o disposto neste item 5.12, as Debêntures deverão ser totalmente resgatadas pela Emissora, de forma obrigatória e antecipada, em até 2 (dois) Dias Úteis após a ocorrência de qualquer um dos eventos descritos abaixo, os quais deverão ser obrigatória e imediatamente comunicado aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário e à CETIP.
- 5.12.2. Será considerada hipótese de "**Resgate Antecipado Obrigatório Total**" (i) caso a Emissora, quaisquer das SPEs ou a Macambiras Holding receba quaisquer recursos decorrentes de financiamento de longo prazo, independentemente do valor e da forma do desembolso, assim entendido como a realização de qualquer operação de captação de dívida com prazo igual ou superior a 18 (dezoito) meses, contratado junto ao BNDES ("**Financiamento do BNDES**") ou a qualquer outra fonte de recursos de longo prazo, em que os recursos captados sejam utilizados para investimento no Projeto (em conjunto com o Financiamento do BNDES, "**Financiamento Bancário**"), ou (ii) a data de liquidação financeira de valores mobiliários emitidos para fins de captação de dívida com prazo igual ou superior a 18 (dezoito) meses, tais como as debêntures de infraestrutura emitidas em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 12.431, de 24 de junho de 2011, pela Emissora, por quaisquer das SPEs, ou pela Macambiras Holding, no âmbito do Projeto, para a totalidade do saldo devedor do Projeto, independentemente do montante total de recursos obtidos ("**Debêntures de Infraestrutura**" e, em conjunto com o Financiamento Bancário, "**Financiamento de Longo Prazo**").
- 5.12.3. Na hipótese de ocorrência de um Resgate Antecipado Obrigatório Total, nos termos previstos no item 5.12.2, a Emissora deverá resgatar antecipadamente as Debêntures em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do recebimento,

pela Emissora, do primeiro desembolso referente ao Financiamento de Longo Prazo, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização até a data do pagamento de referido Resgate Antecipado Obrigatório Total, acrescido de prêmio *flat* de 0,20% (vinte centésimos por cento).

5.13. Aquisição Antecipada Facultativa

- 5.13.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, adquirir as Debêntures no mercado regulamentado de valores mobiliários, desde que observadas as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, observado o disposto no artigo 55, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos *pro rata temporis*, desde a Data da Primeira Integralização até a data de pagamento da referida Aquisição Antecipada Facultativa (conforme definido abaixo).
- 5.13.2. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: **(a)** ser canceladas; **(b)** permanecer em tesouraria da Emissora; ou **(c)** ser novamente colocadas no mercado ("**Aquisição Antecipada Facultativa**"). As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos Juros Remuneratórios das demais Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA VI - VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Vencimento Antecipado

- 6.1.1. Observado o disposto neste item 6.1, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e constantes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de notificação contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos desde a Data da Primeira Integralização até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos ("**Vencimento Antecipado**"), na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (cada um dos eventos, um "**Evento de Inadimplemento**"):
- (i) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial, independentemente do deferimento do respectivo pedido, ou ainda qualquer outro evento análogo, independente da jurisdição, no caso da Gestamp Renovables ou da Gestamp Promociones, formulado pela Emissora, por qualquer das Acionistas, por qualquer das SPEs, pela Gestamp Renovables ou pela Macambiras Holding;
 - (ii) ocorrência de: **(a)** extinção, liquidação, insolvência, dissolução da Emissora, da Gestamp Brasil, das SPEs, da Macambiras Holding, bem como de quaisquer eventos análogos, independente da jurisdição, da Gestamp Renovables ou da Gestamp Promociones; **(b)** pedido de autofalência da Emissora, da Gestamp Brasil, das SPEs, da Macambiras Holding, bem como de quaisquer eventos análogos, independente da jurisdição, da Gestamp Renovables ou da Gestamp Promociones; ou **(c)**

pedido de falência não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Emissora, da Gestamp Brasil, por qualquer das SPEs, da Macambiras Holding, bem como de quaisquer eventos análogos, independente da jurisdição, da Gestamp Renovables ou da Gestamp Promociones, e não devidamente elidido por estes dentro do prazo legal;

- (iii) alteração da estrutura societária da Emissora, das Acionistas, das SPEs, da Macambiras Holding ou da Gestamp Renovables, sem anuência prévia dos Debenturistas. Ficam desde já autorizadas as reorganizações societárias realizadas dentro do Grupo Gestamp, em especial a transferência pelas Acionistas de 100% (cem por cento) do capital social das SPEs e da Emissora para a Macambiras Holding, conforme previsto no inciso (I) do item 7.1.1 desta Escritura de Emissão;
- (iv) mudança ou alteração do objeto social da Emissora ou das Fiadoras Brasileiras de forma a alterar as atuais atividades ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
- (v) não pagamento pela Emissora, pelas Fiadoras ou pelas Acionistas de quaisquer obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, no âmbito desta Escritura de Emissão, dos demais Documentos da Operação ou dos Contratos do Projeto;
- (vi) descumprimento pela Emissora, pelas Fiadoras ou pelas Acionistas de quaisquer obrigações não pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão, nos demais Documentos da Operação ou nos Contratos do Projeto, que não tenham sido sanados em até 3 (três) dias, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico, conforme aplicável;
- (vii) cisão, fusão, incorporação, transferência de controle direto ou indireto e/ou outras reestruturações societárias da Emissora, de quaisquer das SPEs, das Acionistas, da Macambiras Holding ou da Gestamp Renovables, exceto se previamente aprovadas por todos os Debenturistas. Ficam desde já autorizadas as reorganizações societárias realizadas dentro do Grupo Gestamp, em especial a transferência pelas Acionistas de 100% (cem por cento) do capital social das SPEs e da Emissora para a Macambiras Holding, conforme previsto no inciso (I) do item 7.1.1 desta Escritura de Emissão;
- (viii) protestos de títulos contra a Emissora, contra as SPEs, contra a Macambiras Holding, contra as Acionistas, ou contra qualquer controlada ou coligada destas, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior ao equivalente a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, ou contra a Gestamp Renovables, suas controladas ou coligadas, no montante individual ou agregado de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, e que não sejam sanados, declarados inexigíveis ou ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, dentro do prazo legal e nos termos da legislação aplicável;
- (ix) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, e/ou declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira assumida pela Emissora, pelas SPEs, pelas Acionistas ou pela Macambiras Holding junto a quaisquer terceiros, que não os

Debenturistas, inclusive no exterior, no montante individual ou agregado de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, ou assumida pela Gestamp Renovables suas controladas ou coligadas, junto a quaisquer terceiros, inclusive no exterior, no montante individual ou agregado de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas;

- (x) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato, e/ou declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira assumida pela Emissora, pelas SPEs, pelas Acionistas, pela Macambiras Holding, pela Gestamp Renovables e/ou por qualquer controlada ou coligada da Gestamp Renovables junto a quaisquer instituições financeiras;
- (xi) caso quaisquer declarações prestadas pela Emissora, pelas SPEs, pela Macambiras Holding, pelas Acionistas e pela Gestamp Renovables, conforme o caso, nas Escrituras ou nos Contratos de Garantia, tornem-se ou sejam verificadas como sendo falsas ou enganosas ou, ainda, incorretas, incompletas ou inconsistentes;
- (xii) cessação pela Emissora, pelas SPEs, pelas Acionistas e/ou pela Gestamp Renovables de suas atividades empresariais ou adoção de medidas societárias voltadas à sua liquidação ou dissolução;
- (xiii) (a) declaração de nulidade, invalidade ou ineficácia das Escrituras ou dos Contratos de Garantia, por sentença arbitral ou decisão administrativa ou judicial que seja exigível desde logo, ainda que não transitada em julgado, e cujos efeitos não tenham sido suspensos pela interposição de recursos cabíveis no prazo legal ou (b) rescisão ou resilição das Escrituras ou dos Contratos de Garantia;
- (xiv) declaração de nulidade, invalidade ou ineficácia de disposições contidas nas Escrituras ou nos Contratos de Garantia, ressalvada a possibilidade das Partes em, conforme possível, negociar, em boa-fé e de comum acordo, a substituição da disposição afetada por outra;
- (xv) nos termos dos Contratos de Garantia, a não substituição das Garantias nas situações exigidas ou o não oferecimento de reforço no prazo e de acordo com os procedimentos lá previstos;
- (xvi) se quaisquer disposições substanciais dos Contratos do Projeto for revogada, rescindida, se tornar nula ou inexecutável ou deixar de estar em pleno efeito ou vigor ou deixarem de ser executáveis ou de estar em pleno efeito e vigor;
- (xvii) se a Emissora sofrer qualquer medida judicial ou extrajudicial, inclusive administrativa que, a critério dos Debenturistas, possa prejudicar a capacidade da Emissora de cumprir com as obrigações contraídas nos Documentos da Operação;
- (xviii) não cumprimento de qualquer decisão administrativa definitiva, decisão arbitral ou processo semelhante ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, as SPEs ou a Macambiras Holding;

- (xix) destruição ou perda, de qualquer forma, a qualquer tempo, de quaisquer ativos ou direitos relevantes relacionados ao Projeto de forma que cause uma Mudança Adversa Relevante (conforme definido abaixo) e/ou inviabilize o Projeto e a sua continuidade. Caso a destruição ou perda implique em perecimento ou insuficiência das Garantias, se a Emissora, as SPEs, a Macambiras Holding, suas Acionistas ou a Gestamp Renovables não reforçarem ou substituírem a respectiva garantia, em condições satisfatórias aos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da ocorrência do fato;
- (xx) caso a Emissora (a) abandone total ou parcialmente o Projeto ou qualquer ativo que seja essencial à implementação do Projeto; ou (b) suspenda sua execução por prazo superior a 15 (quinze) dias;
- (xxi) não obtenção, renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão das Autorizações, alvarás, concessões, subvenções, licenças e outorgas, inclusive as ambientais, pertinentes e necessárias ao desenvolvimento do Projeto na fase em que ele se encontrar, exigidas para construir, operar e manter o Projeto, incluindo as Autorizações emitidas pela ANEEL e pelo MME;
- (xxii) não atendimento comprovado a qualquer condicionante disposta nas licenças ambientais relativas ao Projeto;
- (xxiii) realização de investimentos, incluindo a constituição de novas sociedades, pela Emissora, pelas SPEs ou pela Macambiras Holding, conforme o caso, que não os relacionados ao Projeto e permitidos nos termos do item 4.2 desta Escritura de Emissão, ressalvados os investimentos permitidos pelas Autorizações;
- (xxiv) ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil;
- (xxv) condenação da Emissora, das Acionistas, da Gestamp Renovables, das SPEs ou da Macambiras Holding por sentença judicial ou decisão administrativa, em qualquer instância ou tribunal, por danos ao meio ambiente, crime ambiental, trabalho infantil ou trabalho análogo ao escravo;
- (xxvi) uso dos recursos em desacordo com a Destinação dos Recursos;
- (xxvii) não realização de aporte de capital pelas Acionistas ou pela Macambiras Holding, em recursos imediatamente disponíveis em moeda corrente nacional, por meio de subscrição e integralização de novas ações ordinárias de emissão da Emissora, em valor equivalente ao capital exigido pelos financiadores do Financiamento de Longo Prazo ou ao montante da insuficiência da fonte de financiamento ou ao sobrecusto verificado, nas situações descritas no item 7.1.4 desta Escritura de Emissão;
- (xxviii) não cumprimento de qualquer decisão definitiva ou sentença judicial transitada em julgado pela Emissora, pelas Fiadoras ou pelas Acionistas: (a) referente a danos ambientais, crimes ambientais, trabalho análogo à escravidão; ou (b) que afete o Projeto ou possa resultar em uma Mudança Adversa Relevante ou tenha-se o risco razoável de que esta circunstância impeça a Emissora, as Fiadoras ou as Acionistas de

cumprir suas obrigações no âmbito desta Escritura de Emissão e dos Documentos da Operação;

- (xxix) redução de capital da Emissora, das Acionistas, das SPEs ou da Macambiras Holding sem o consentimento prévio por escrito dos Debenturistas;
- (xxx) alteração dos documentos constitutivos da Emissora, das Acionistas ou da Macambiras Holding que possa resultar em uma Mudança Adversa Relevante;
- (xxxi) a ocorrência de qualquer medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora ou das ações de emissão da Emissora pertencentes a qualquer das suas Acionistas ou da Macambiras Holding;
- (xxxii) comprovação de que existe, a critério dos Debenturistas, um risco relevante de contingência socioambiental ou trabalhista;
- (xxxiii) ocorrência de um acidente com danos trabalhistas ou socioambientais relevantes, o qual poderá ocasionar um custo relevante para a Emissora, as Acionistas, as SPEs e/ou a Macambiras Holding ou colocar em risco as operações ou condições financeiras da Emissora, das Acionistas, das SPEs e/ou da Macambiras Holding;
- (xxxiv) caso a Emissora, as SPEs ou a Macambiras Holding contraia(m) empréstimos ou outras formas de endividamento, ou efetue(m) novos investimentos ou assumam(m) novos compromissos de investimento, além dos investimentos necessários para a implantação do Projeto, sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas, ressalvado o Financiamento de Longo Prazo;
- (xxxv) caso a Emissora sofra qualquer procedimento judicial ou extrajudicial ou diminuição do seu patrimônio que comprovadamente comprometa o cumprimento de suas obrigações decorrentes da Escritura de Emissão;
- (xxxvi) a não conclusão, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da Data de Emissão, da reorganização societária envolvendo a Emissora, as SPEs e a Macambiras Holding, conforme previsto no inciso (I) do item 7.1.1 desta Escritura de Emissão; e
- (xxxvii) não reconstituição das Garantias Reais em favor dos Debenturistas no prazo de 25 (vinte e cinco) dias a contar de sua liberação, nos termos do inciso (xxii) do item 9.3.1 abaixo.

6.1.2. Para fins do item 6.1.1, considera-se mudança adversa relevante qualquer alteração que, a critério dos Debenturistas, cause uma situação adversa nas condições econômicas e financeiras da Emissora, das SPEs, da Macambiras Holding, das Acionistas e/ou da Gestamp Renovables, bem como qualquer dos eventos a seguir relacionados ("**Mudança Adversa Relevante**"):

- (a) Ocorrência de eventos políticos, conjunturais econômicos e/ou financeiros, inclusive situações especiais de mercado, de ordem política, econômica e social como, por exemplo: crises políticas em

1 2

países que possam influenciar de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, alterações no setor de atuação da Emissora, das Acionistas, de seus acionistas e/ou de suas respectivas controladas, ou mesmo indicações de possíveis alterações no setor por parte das autoridades governamentais, que afetem ou possam vir a afetar negativamente o Projeto, ou ainda, quaisquer outros fatos que, direta ou indiretamente, tornem impossível ou desaconselhável o cumprimento das obrigações assumidas;

- (b) Cenário de crédito, em qualquer jurisdição, que resulte em falta de liquidez dos mercados e/ou da Emissora e/ou das Acionistas, ou mesmo redução de liquidez que inviabilize a estruturação do Projeto em função de suas condições, ou seja, volume, prazo e preço dentre outros;
- (c) Ocorrência de qualquer alteração relevante adversa nas condições econômicas, financeiras ou operacionais da Emissora e/ou das Acionistas e/ou de seus acionistas e/ou suas respectivas controladas ou
- (d) Outras hipóteses não previstas que guardem relação direta de causa e efeito semelhante àquelas estabelecidas nos itens "a" a "c" acima.

6.1.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos incisos (i), (ii), (iii), (v), (vi), (vii), (viii), (ix), (x), (xii), (xiii), (xiv), (xv), (xviii), (xix), (xx), (xxiii), (xxiv), (xxvi), (xxvii), (xxviii), (xxix), (xxx), (xxxi) e (xxxiv) do item 6.1.1 acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o Vencimento Antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário, assim que ciente, deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do que for devido, nos termos do item 6.2 abaixo.

6.1.4. Na ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento não indicados no item 6.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo) a contar da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o não Vencimento Antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto no item 10.1.2 desta Escritura de Emissão.

6.1.5. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), determinar o não Vencimento Antecipado das Debêntures.

6.1.6. Na ausência de quórum para instalação, em primeira e segunda convocações, da Assembleia Geral de Debenturistas por qualquer motivo, ou na hipótese dos Debenturistas não deliberarem pelo não Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do que for devido, observado os procedimentos dispostos no item 6.2 abaixo.

6.2. Procedimentos em Caso de Vencimento Antecipado

6.2.1. O Agente Fiduciário deverá notificar a Emissora e a CETIP sobre o Vencimento Antecipado ("**Notificação de Vencimento Antecipado**") no prazo de até 1

la

(um) Dia Útil (conforme definido abaixo) contados, conforme aplicável: (i) da data em que tomar ciência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento mencionados no item 6.1.1 acima; (ii) da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas que não aprovar o não Vencimento Antecipado, nos termos do item 6.1.4 acima; ou (iii) da data prevista para ocorrer a Assembleia Geral de Debenturistas não instalada por falta de quórum, nos termos do item 6.1.6 acima.

- 6.2.2. A partir da data de recebimento da Notificação de Vencimento Antecipado das Debêntures, a Emissora terá até 1 (um) Dia Útil (conforme definido abaixo) para pagar o valor correspondente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos e calculados *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização até a data do efetivo pagamento, acrescido de multa e demais encargos moratórios, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA VII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

7.1. Obrigações Adicionais da Emissora, das SPEs, da Macambiras Holding e das Acionistas

- 7.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora, as SPES e a Macambiras Holding obrigam-se a cumprir as disposições abaixo:

- (i) não conceder qualquer tipo de empréstimo *intercompany*, mútuos, prestação de garantia, ou pagamentos de qualquer natureza para subsidiárias, afiliadas e coligadas, bem como não realizar qualquer pagamento no âmbito de mútuos já contraídos perante terceiros, sem prévia anuência dos Debenturistas, ressalvado o Financiamento de Longo Prazo;
- (ii) cumprir todas as leis e regras aplicáveis principalmente no que diz respeito à legislação trabalhista e socioambiental;
- (iii) manter em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para viabilizar a operação e funcionamento de suas atividades ou que sejam relevantes de forma que sua não vigência possa afetar de forma significativa a implementação e o desenvolvimento do Projeto;
- (iv) apresentar, sempre que requisitado pelos Debenturistas, por intermédio do Agente Fiduciário, relatório de acompanhamento periódico das obras do Projeto, a ser elaborado por engenheiro independente;
- (v) obter e manter válidas todas as aprovações societárias, governamentais e regulamentares necessárias para o Projeto, bem como seus livros e registros societários;
- (vi) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões e aprovações necessárias para (a) o regular exercício de suas atividades, (b) a assinatura das Escrituras e dos demais Documentos da Operação, e (c) o cumprimento das obrigações previstas nas Escrituras e nos Contratos de Garantia;

- (vii) não realizar qualquer aditamento aos Contratos do Projeto, ressalvados aditamentos exigidos pela ANEEL, e quaisquer contratos cujos direitos creditórios sejam gravados em garantia para o Projeto no âmbito dos Contratos de Garantia, sem prévia aprovação dos Debenturistas;
- (viii) apresentar ao Agente Fiduciário, dentro de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social: **(a)** cópia de suas demonstrações financeiras completas, devidamente auditadas por empresa de auditoria cadastrada na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; e **(b)** declaração assinada por seu(s) representante(s) legal(is) atestando: **(b.i)** que permanecem válidas as disposições contidas nas Escrituras; **(b.ii)** a não ocorrência de qualquer evento de Resgate Antecipado Obrigatório Total ou Evento de Inadimplemento, e a inexistência de descumprimento de quaisquer obrigações da Emissora, das Acionistas, da Gestamp Renovables, das SPEs e da Macambiras Holding perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; **(b.iii)** que não foram praticados atos em desacordo com o seu estatuto social; e **(b.iv)** que as apólices de seguros contratadas pela Emissora, SPEs e Macambiras Holding para cobertura de bens e ativos do Projeto permanecem vigentes e, de acordo com a política usual da Emissora para a contratação de seguros na data de celebração desta Escritura, são suficientes para cobrir todos os riscos a que a Emissora, as SPEs e a Macambiras Holding estão sujeitos durante toda a vigência das Debêntures;
- (ix) apresentar ao Agente Fiduciário:
- (a) assim que disponíveis e, em qualquer hipótese, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento de cada trimestre de cada exercício social da Emissora, das SPEs e da Macambiras Holding as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de tais sociedades, no encerramento do trimestre em questão, devidamente certificados pelo diretor financeiro correspondente;
- (b) (1) em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do seu recebimento, o relatório de medição de quantidade de energia produzida e entregue no ponto de conexão pela Emissora e por cada SPE preparado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (“CCEE”), e (2) até o 5º (quinto) Dia útil de cada mês, ou na menor periodicidade possível, o relatório de medição de quantidade de energia produzida e entregue no ponto de conexão pela Emissora e por cada SPE, conforme medições efetuadas individualmente pela Emissora e por cada SPE, o que ocorrer primeiro;
- (c) em até 2 (dois) Dias Úteis após o recebimento de qualquer autuação, pedido de esclarecimento, citação e/ou intimação expedido por autoridade administrativa, judicial ou arbitral relacionado, direta ou indiretamente à Emissora ou ao Projeto, notificação descrevendo a solicitação recebida, informando sobre o conteúdo e prestando os esclarecimentos necessários; e

- (d) em até 2 (dois) Dias Úteis, qualquer fato relevante de que tenha conhecimento e que possa impactar materialmente o cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura e de qualquer Documento da Operação, incluindo a ocorrência de qualquer evento de inadimplemento ou alteração de qualquer declaração;
- (e) em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da sua notariação, apresentar cópia autorizada para efeitos de execução, devidamente notariada e consularizada, da Fiança Corporativa;
- (x) não distribuir dividendos, juros sobre capital próprio, efetuar redução de capital e/ou qualquer outra forma de remuneração aos acionistas, exceto sobre o dividendo mínimo legal, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) não realizar qualquer pagamento referente a mútuos, adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") ou empréstimos entre a Emissora, as SPEs e a Macambiras Holding e as empresas de seu grupo econômico, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações, ainda que estejam no passivo da Emissora, das SPEs e da Macambiras Holding, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (xii) não contrair endividamento adicional, exceto pelo Financiamento do BNDES e pelas Debêntures de Infraestrutura, bem como não realizar quaisquer investimentos que não sejam no Projeto e estejam permitidos nos termos do item 4.2 desta Escritura de Emissão, ressalvados os investimentos permitidos pelas Autorizações;
- (xiii) pagar em dia todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- (xiv) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu contrato social ou estatuto social, ou com qualquer um dos Documentos da Operação;
- (xv) não realizar ou permitir qualquer operação que resulte em alteração da composição do capital social e/ou mudança direta ou indireta de controle da Emissora, incluindo, mas não se limitando à cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária, ressalvada a transferência pelas Acionistas do controle da Emissora para a Macambiras Holding, conforme previsto no inciso (I) do item 7.1.1 desta Escritura de Emissão;
- (xvi) não utilizar, de forma direta ou indireta, os recursos disponibilizados em razão do Projeto para a prática de ato previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que atente contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil;
- (xvii) não violar qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846/13, a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977 e o UK Bribery Act 2010, conforme aplicável ("Leis Anticorrupção");
- (xviii) encaminhar semestralmente, a partir da data de assinatura desta

Escritura de Emissão, ao Agente Fiduciário, um relatório a ser elaborado pela Emissora e pelas SPEs que deverá conter minimamente as seguintes informações:

- a) status do atendimento das condicionantes constantes das licenças de operação, conforme aplicável, dos parques eólicos ou da(s) linha(s) de transmissão relativas ao Projeto;
 - b) status do atendimento das condicionantes nºs 6 e 17 das licenças de instalação dos parques eólicos Macambira I e Macambira II, referente ao componente da comunidade quilombola Macambiras;
 - c) informar sobre multas e/ou autos de infração recebidos no período;
 - d) resultados dos processos de consultas e reclamações do período;
 - e) andamento dos processos de desapropriação no período;
 - f) apresentação de relação dos incidentes e/ou acidentes de trabalho ocorridos a partir do início das obras, constando, no mínimo: se foi com ou sem afastamento, uma breve descrição do fato gerador e a ação corretiva adotada; e
 - g) Apresentação do PBA-Q (quilombolas) e do relatório das ações já em andamento, bem como, na fase de obras e no decorrer da fase de operações, de relatório descrevendo andamento dos programas de monitoramento ambiental do PBA, do PBA-Q (quilombolas) e do projeto de prospecção e avaliação arqueológica, incluindo toda e qualquer documentação auxiliar e complementar.
- (xix) não alienar, ceder ou transferir ou vender ativos;
- (xx) não constituir qualquer tipo de garantia, ônus ou gravame sobre seus ativos, incluindo servidões, direitos de passagem, ou outros ônus sobre imóveis, sobre ou com relação a quaisquer de seus bens, sejam eles atualmente detidos ou posteriormente adquiridos, ou ceder, qualquer direito de recebimento de uma receita, com exceção daquelas requeridas pelas entidades regulatórias, incluindo a ANEEL, o MME, a CCEE e o ONS;
- (xxi) liquidar integralmente as Debêntures quando do primeiro desembolso do Financiamento de Longo Prazo ou da ocorrência de alguma das hipóteses de Resgate Antecipado Obrigatório Total, previstas no item 5.12.2, o que ocorrer primeiro;
- (xxii) fornecer ao Agente Fiduciário: (a) qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias; e (b) informações a respeito da ocorrência de qualquer (b.1) evento de Resgate Antecipado Obrigatório Total na data da sua ocorrência (exceto se outro prazo for estipulado nesta Escritura de Emissão) ou (b.2) Evento de Inadimplemento, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;

- (xxiii) sempre que solicitado, apresentar em até 3 (três) Dias Úteis (conforme definido abaixo) ao Agente Fiduciário cópias de todas as atas das assembleias gerais de acionistas, das reuniões do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal da Emissora que envolvam os interesses dos Debenturistas;
- (xxiv) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento ou Vencimento Antecipado, bem como, em caso de eventos que venham a caracterizar Vencimento Antecipado, ressarcir os Debenturistas, mediante pagamento de valores devidos, nos termos do item 6.2.2 desta Escritura de Emissão;
- (xxv) manter, conservar e preservar, em boa ordem e condições de funcionamento, todos os bens substanciais, necessários ou úteis para a devida condução dos negócios da Emissora e do Projeto;
- (xxvi) contratar e manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador (conforme definido abaixo) e ao Banco Liquidante (conforme definido abaixo), bem como realizar todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (xxvii) apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora e pelas SPEs com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- (xxviii) notificar o Agente Fiduciário e autoridades cabíveis em até 2 (dois) Dias Úteis sobre qualquer alteração substancial nas condições do Projeto ou nos negócios da Emissora, das SPEs ou da Macambiras Holding que possa impossibilitar ou dificultar, de forma substancial, o cumprimento, pela Emissora, pelas SPEs ou pela Macambiras Holding de suas obrigações decorrentes das Escrituras e das Debêntures;
- (xxix) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures em desacordo com a regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48, com exceção do inciso III, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 e alterações posteriores ("**Instrução CVM 400**");
- (xxx) submeter a exame, na forma da lei, suas contas e balanços à empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (xxxi) arcar de forma exclusiva com todos os custos relativos à Emissão;
- (xxxii) cumprir com as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam: (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM; (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM; (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes,

em sua página, na rede mundial de computadores, e manter tais documentos disponíveis na mesma página por um prazo de 3 (três) anos; (d) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (e) divulgar a ocorrência de fato relevante em sua página na rede mundial de computadores, comunicando imediatamente os Coordenadores e o Agente Fiduciário; (f) fornecer as informações solicitadas pela CVM; e (g) manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, todos os documentos e informações exigidos pela ICVM 476;

(xxxiii) em até 30 (trinta) dias, contados a partir da Data de Emissão, indicar (e apresentar apólice(s) devidamente ajustada(s) nos termos desta alínea) o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas da Emissão, como beneficiário de todos e quaisquer seguros contratados (ou a serem contratados) pela Emissora, incluindo seguro garantia para cobertura de riscos do Projeto relativos à responsabilidade civil, danos materiais, lucros cessantes e riscos de equipamentos na execução da obra civil na fase de implantação do Projeto, para fins de recebimento de eventual indenização em caso de sinistro dos referidos seguros, indicando, ainda, a Conta Vinculada em que eventuais pagamentos relativos a seguros deverão ser realizados, obrigando-se a renovar todas as referidas apólices até o integral cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas pelas Emissora perante os Debenturistas no âmbito desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Operação e Contratos do Projeto, conforme prorrogados, alterados ou aditados de tempos em tempos;

(xxxiv) manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos pela Instrução CVM 476, podendo os documentos e informações a que se refere o presente item ser guardados em meios físico ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas;

(xxxv) manter válidas e vigentes, durante todo o prazo de vigência dos Contratos de Garantia, as procurações necessárias para outorgar poderes ao Agente Fiduciário para excutir as Garantias;

(xxxvi) manter contratadas e vigentes, durante todo o Projeto e com base no estágio de desenvolvimento do Projeto, incluindo o Agente Fiduciário como beneficiário durante todo o prazo das Debêntures, as apólices de seguro necessárias para cobertura de bens e ativos do Projeto, incluindo *performance bonds* relativos aos contratos que serão cedidos no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme listados no Anexo II desta Escritura de Emissão, obrigando-se a renovar referidas apólices até o integral cumprimento de todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas pela Emissora perante os Debenturistas no âmbito da Emissão, bem como apresentar cópias das apólices e comprovantes de adimplência dos prêmios dos seguros aos Debenturistas quando previamente solicitados. Qualquer alteração nas apólices de seguro deve ser realizada apenas com a prévia e expressa anuência dos Debenturistas. Os eventuais aditamentos à Escritura de Emissão que forem celebrados no intuito de atualizar a informação contida no Anexo II desta Escritura de Emissão em decorrência de renovação de apólices não demandam prévia aprovação dos Debenturistas, de modo que o Agente Fiduciário fica, neste ato, expressamente autorizado

a, em nome dos Debenturistas, celebrar referidos aditamentos, devendo o Agente Fiduciário comunicar os Debenturistas acerca deste evento no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da assinatura do aditamento;

(xxxvii) informar aos Debenturistas sobre qualquer fato que possa implicar a alteração material das questões socioambientais, de saúde e segurança no trabalho em decorrência do Projeto, nos termos da legislação e demais exigências aplicáveis ao Projeto;

(xxxviii) mediante solicitação prévia dos Debenturistas, dentro de um prazo de 5 (cinco) dias, prestar quaisquer esclarecimentos solicitados pelos Debenturistas;

(xxxix) mediante solicitação prévia dos Debenturistas, dentro de um prazo de 5 (cinco) dias, apresentar os documentos, informações, relatórios e atualizações que evidenciem a conformidade com a legislação aplicável, bem como adotar as medidas e ações necessárias, em atendimento à legislação relacionada ao Projeto e à prevenção, mitigação, correção e ou compensação de eventuais danos socioambientais, incluindo a apresentação de documentos, estudos e relatórios pertinentes de atualização do status de cumprimento das recomendações e/ou compromissos e práticas definidas nas condicionantes socioambientais inclusas nas licenças, autorizações, outorgas e afins do Projeto;

(xl) apresentar informações complementares e/ou adequar suas práticas socioambientais, por meio da inclusão de novas recomendações e/ou compromissos e práticas socioambientais ao seu sistema de gestão, de modo a atender aos pontos legalmente exigíveis, nos casos em que os Debenturistas poderão, a seu exclusivo critério, considerando seus compromissos socioambientais assumidos publicamente antes emissão das Debêntures, questionar a atualização de status de cumprimento das recomendações e/ou compromissos e práticas socioambientais aplicáveis ao Projeto e conhecidos pela Emissora quando da assinatura da presente Escritura, além dos programas e acordos eventualmente firmados;

(xli) adotar medidas e ações destinadas a evitar, mitigar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, dentro da sua capacidade, que possam ser causados pelo Projeto, exigidas pela legislação socioambiental vigente e demais exigências socioambientais aplicáveis ao Projeto;

(xlii) responsabilizar-se de acordo com a legislação e demais exigências aplicáveis ao exercício de suas atividades e ao Projeto, por todos e quaisquer impactos, danos, prejuízos e/ou perdas ao meio ambiente, à saúde e à segurança dos trabalhadores, e/ou a terceiros afetados por suas atividades e/ou pelo Projeto, decorrentes de atos, fatos e omissões praticados pela Emissora e/ou por seus representantes legais, funcionários, prepostos, a mando ou em favor da Emissora, no âmbito do Projeto;

(xlili) manter os livros de registro contábeis nos termos da legislação aplicável, nos quais registros completos e corretos deverão ser efetuados de todas as operações financeiras, dos ativos e das atividades da Emissora, conforme aplicável, de acordo com os princípios gerais contábeis aplicáveis, inclusive, a qualquer momento, possibilitando acesso livre às suas instalações, ao local do Projeto, bem como aos seus livros e registros



contábeis, sempre que necessário ao perfeito entendimento das informações fornecidas aos Debenturistas;

- (xliv) informar ao Agente Fiduciário, imediatamente, qualquer fato relevante de que tenham conhecimento e que possa impactar materialmente o cumprimento das obrigações decorrentes da Escritura e de qualquer outro documento relacionado, incluindo a ocorrência de qualquer evento de inadimplemento ou alteração de qualquer declaração;
- (xlv) enviar ao Agente Fiduciário cópia dos relatórios encaminhados ao órgão ambiental;
- (xlvii) não celebrar contrato em que a Emissora se obrigue a efetuar qualquer pagamento, com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico a que pertença a Emissora e seus acionistas;
- (xlviii) manter os bens objeto dos Contratos de Alienação Fiduciária de Aerogeradores em sua posse mansa e pacífica, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, inclusive fiscais, bem como guarda-los e conservá-los de acordo com o disposto no artigo 1.431, parágrafo único, do Código Civil, ressalvada a hipótese prevista no inciso (xxiii) do item 9.3.1 abaixo;
- (xlix) manter-se adimplente com relação a todos os tributos ou contribuições devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, bem como com relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exceto com relação àqueles tributos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora, pelas SPEs ou pela Macambiras Holding, nas esferas administrativa ou judicial;
- (l) adotar todas as medidas e tomar todas as providências necessárias para, no caso de não constituição das Garantias Reais em favor do financiador do Financiamento de Longo Prazo nos termos do inciso (xxii) do item 9.3.1 abaixo, reconstituir imediatamente, no prazo máximo de 25 (cinco) dias a contar de sua liberação, as Garantias Reais em favor dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, nos mesmos termos anteriormente constituídos. Adicionalmente, em até 15 (quinze) dias contados da liberação da alienação fiduciária constituída pelos Contratos de Garantia, a Emissora, as SPEs, as Acionistas e/ou a Macambiras Holding deverão apresentar ao Agente Fiduciário evidência de protocolo da garantia em favor do financiador do Financiamento de Longo Prazo; e
- (II) efetuar, em até 45 (quarenta e cinco dias) a contar da Data de Emissão, independentemente de prévia aprovação dos Debenturistas, a reorganização societária das sociedades pertencentes ao grupo econômico da Emissora, de forma a fazer com que as ações de emissão da Emissora e das SPEs passem a ser integralmente detidas pela Macambiras Holding, que por sua vez será detida, na mesma proporção atualmente existente, pelas Acionistas. Desta forma, as Garantias Reais ora constituídas pelas Acionistas passarão a ser automaticamente constituídas pela Macambiras Holding que, neste ato, obriga-se a tomar todas as providências que se fizerem necessárias para ajustar os Documentos da Operação mediante aditamento dos mesmos sem necessidade de prévia aprovação dos Debenturistas. O Agente Fiduciário, neste ato, fica expressamente

Handwritten signature and initials in blue ink.

autorizado a, em nome dos Debenturistas, adotar todas as medidas que se fizerem necessárias para o cumprimento do disposto neste inciso (I) deste item 7.1.1.

7.1.2. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, até o integral pagamento das Debêntures, cada uma das Acionistas, conforme aplicável, obrigam-se a cumprir as disposições abaixo;

- (i) obter e manter válidas todas as aprovações societárias, governamentais e regulamentares necessárias para o Projeto;
- (ii) apresentar ao Agente Fiduciário, dentro de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social de cópia de suas demonstrações financeiras completas, devidamente auditadas por empresa de auditoria cadastrada na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, ou documento correspondente em conformidade com as leis espanholas no caso da Gestamp Promociones e da Gestamp Renovables;
- (iii) não realizar ou permitir qualquer operação que resulte em alteração da composição do capital social das Acionistas e da Gestamp Renovables incluindo, mas não se limitando à cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária das Acionistas ou da Gestamp Renovables, bem como transferência de controle direto ou indireto das Acionistas ou da Gestamp Renovables, exceto se previamente aprovadas por todos os Debenturistas. Ficam desde já autorizadas as reorganizações societárias realizadas dentro do Grupo Gestamp, em especial a transferência pelas Acionistas de 100% (cem por cento) do capital social das SPEs e da Emissora para a Macambiras Holding, conforme previsto no inciso (I) do item 7.1.1 desta Escritura de Emissão;
- (iv) não violar qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Leis Anticorrupção; e
- (v) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias da ciência de ato ou fato que possa vir a comprometer o Projeto, tais como ações judiciais ou procedimentos administrativos ou violação de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro.

7.1.3. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

7.1.4. Em caso de Vencimento Antecipado, ou caso o valor do *equity upfront* exigido pelos financiadores do Financiamento de Longo Prazo seja superior ao capital aportado na Emissora (ou, conforme seja o caso, na Macambiras Holding), ou

caso seja verificada alguma insuficiência de fontes de financiamento ou em caso de verificação de sobrecustos no Projeto, as Acionistas (que, após a conclusão da reorganização societária de que trata o inciso (I) do item 7.1.1 acima, passarão a ser as acionistas da Macambiras Holding) deverão realizar aporte de capital, em recursos imediatamente disponíveis em moeda corrente nacional, por meio de subscrição e integralização de novas ações ordinárias de emissão da Emissora (ou, conforme seja o caso, da Macambiras Holding), em valor equivalente ao *equity* exigido pelos financiadores do Financiamento de Longo Prazo, ao montante da insuficiência da fonte de financiamento ou ao sobrecusto verificado, a ser atestado por engenheiro independente integralmente custeado pela Emissora (ou, conforme seja o caso, pela Macambiras Holding).

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

8.1. Declarações

8.1.1. A Emissora, neste ato, declara e garante que:

- (i) é uma sociedade devidamente organizada na forma de sociedade anônima, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras e está em situação regular de acordo com a legislação, regulamentação e exigências a ela aplicáveis, e possui todos os poderes societários e autoridades necessários, incluindo todas as licenças, certificados, permissões, concessões, autorizações e demais aprovações governamentais necessárias para deter, dispor e operar seus bens;
- (ii) os representantes da Emissora que assinam a presente Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, conforme o caso, bem como à Emissão e ao cumprimento de suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iv) esta Escritura de Emissão e cada um dos documentos da Emissão constituem obrigações legais, válidas, vinculantes e exigíveis da Emissora, exequíveis de acordo com seus respectivos termos e condições e foram devidamente celebrados e entregues pelas partes que os celebraram;
- (v) a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e a realização da Emissão foram devidamente autorizadas pelo seu órgão estatutário competente e não infringem: (a) seu estatuto social; ou (b) qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;
- (vi) a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e a realização da Emissão não infringem qualquer: (a) disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete

a Emissora ou qualquer de seus bens ou propriedades, conforme aplicável; não resultando, ainda, na imposição de quaisquer restrições, ônus ou gravames sobre ativos e propriedades; (b) contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; ou (c) obrigação anteriormente assumida pela Emissora, nem irão resultar em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos ou rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

- (vii) não omitiu ou omitirá nenhum fato substancial que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (viii) seus balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações de resultado, cujas cópias foram fornecidas ao Agente Fiduciário, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas, e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas;
- (ix) as informações financeiras da Emissora foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso substancial na situação financeira e nos resultados operacionais em questão;
- (x) encontra-se adimplente no cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais;
- (xi) a Emissora mantém cobertura para o Projeto por meio de apólices de seguro contratadas de acordo com o estágio de desenvolvimento do Projeto. A política de contratação de seguros da Emissora é adequada e razoável tendo em vista as atividades realizadas (ou a serem realizadas) pela Emissora no Brasil, e é compatível com as práticas de mercado. As atuais apólices de seguro da Emissora se encontram em pleno vigor e efeito, restando vigentes, e todos os prêmios devidos sob tais apólices foram devida e oportunamente pagos;
- (xii) cumpre com o disposto na legislação ambiental e trabalhista e de saúde e segurança do trabalho em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos causados ao meio ambiente decorrentes das atividades descritas em seu objeto social e a seus trabalhadores, bem como a proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais, trabalhistas e de saúde e segurança do trabalho em vigor;
- (xiii) possui e possuirá, durante a Emissão, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades de acordo com o estágio de desenvolvimento do Projeto, sendo todas elas válidas, exceto com relação aquelas autorizações ou licenças que estejam em processo de regularização ou cuja perda ou cancelamento esteja

sendo contestado pelos meios legais ou administrativos apropriados e de boa-fé;

- (xiv) a Emissora não tem qualquer relação societária ou comercial com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (xv) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão;
- (xvi) observará as regras de destinação dos recursos da Emissão prevista nesta Escritura de Emissão;
- (xvii) cumpre e faz cumprir, bem como seus acionistas controladores, qualquer de suas controladas ou coligadas, diretores, membros de conselho de administração, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em benefício da Emissora, as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei n.º 12.846/13, na medida em que (a) mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; (b) dá pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento; (c) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (d) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicará prontamente ao Coordenador Líder, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias; e (e) realizará eventuais pagamentos devidos no âmbito deste instrumento exclusivamente por meio de transferência bancária;
- (xviii) tem plena ciência e concorda integralmente: (a) com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP; e (b) com a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios;
- (xix) a Emissora possui e possuirá, durante toda a vigência da Escritura, como único e exclusivo objeto social o desenvolvimento da parte que lhe compete no Projeto;
- (xx) não há qualquer investigação, bem como ação, processo judicial, litígio ou procedimento em curso, perante qualquer tribunal, agência governamental ou árbitro, contra a Emissora ou relacionado ao Projeto, que seja de seu conhecimento;
- (xxi) cumpre todas as leis, portarias, normas, regulamentos e exigências aplicáveis de todas as autoridades governamentais, detendo todas as licenças, certificados, permissões e concessões governamentais e demais autorizações e aprovações governamentais relevantes necessários para a condução de suas atividades, inclusive as relativas à legislação socioambiental, trabalhista e previdenciária, com exceção daquelas que estão sendo contestadas judicial ou administrativamente;



- (xxii) os recursos decorrentes da Emissão não serão destinados a quaisquer finalidades ou projetos em descumprimento à legislação socioambiental, trabalhista, previdenciária, inclusive no que se refere às Leis Anticorrupção e a trabalhadores em condições análogas às de escravo;
- (xxiii) a Emissora apresentou ou fez com que fossem apresentadas todas as declarações de impostos (municipais, estaduais e federais, conforme aplicável) que devam ser apresentadas e pagou todos os tributos, taxas e demais encargos (incluindo os juros e penalidades) devidos com relação aos exercícios sociais abrangidos pelas referidas declarações;
- (xxiv) a Emissora apresentou todas as certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, relativas às dívidas fiscais, de âmbito federal, estadual e municipal;
- (xxv) a Emissora está sujeita à lei civil e comercial com relação às suas obrigações nos termos da presente Escritura e dos demais instrumentos relacionados, e a celebração, entrega e execução da presente Escritura e dos demais instrumentos relacionados constituem atos privados e comerciais, e não atos públicos ou governamentais. A Emissora, bem como quaisquer de seus bens, não possui qualquer imunidade com relação à jurisdição de qualquer tribunal ou compensação ou qualquer processo judicial seja por meio de citação ou notificação, arresto ou sequestro, penhora para a garantia da execução, execução ou de outra forma, que possam acarretar deterioração significativa e substancial na situação econômica e financeira da Emissora;
- (xxvi) nenhuma informação, demonstração financeira, anexo ou relatório fornecido por ou em nome da Emissora ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura contém qualquer declaração inverídica de um fato ou uma omissão de uma declaração de um fato necessário para que as declarações ali contidas não sejam enganosas;
- (xxvii) não ocorreu qualquer Mudança Adversa Relevante, bem como não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em Mudança Adversa Relevante;
- (xxviii) não foi condenada em nenhuma instância ou tribunal por manter ou empregar trabalhadores em condições análogas a de escravo;
- (xxix) está em dia com todas as suas obrigações financeiras relevantes que podem colocar em perigo o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura;
- (xxx) os contratos celebrados pela Emissora relativos aos imóveis necessários para o desenvolvimento do Projeto estão em pleno vigor e a Emissora está adimplente com todas as obrigações assumidas nesses contratos. Os bens, móveis e imóveis, necessários para o desenvolvimento do Projeto estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames e não possuem ou estão sujeitos a quaisquer restrições para implementação e desenvolvimento do Projeto;



- (xxxi) o cronograma de construção do Projeto vem sendo cumprido dentro do orçamento previsto pela Emissora; e
- (xxxii) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures.

8.1.2. O Agente Fiduciário, neste ato, declara e garante que:

- (i) é uma instituição financeira organizada na forma de sociedade anônima, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) a Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia constituem obrigações legais, válidas, vinculantes e exigíveis pelo Agente Fiduciário e exequíveis de acordo com seus respectivos termos e condições;
- (iii) está devidamente autorizado e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, se for o caso, à celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, bem como ao cumprimento de suas respectivas atribuições e deveres, na qualidade de agente fiduciário, previstas na Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia foi devidamente autorizada pelos seu órgão estatutário competente e não infringe: (a) seu estatuto social; ou (b) qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;
- (v) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 e alterações posteriores ("Instrução CVM 28"); e
- (vi) com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea k, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (a) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Gestamp Eólica Lagoa Nova S.A., no valor total de R\$112.500.000,00 (cento e doze milhões e quinhentos mil reais), com a emissão de 112.500 (cento e doze mil e quinhentas) debêntures em 27 de junho de 2014, tendo como data de vencimento 23 de junho de 2016; (b) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Gestamp Eólica Lanchinha S.A., no valor total de R\$89.000.000,00 (oitenta e nove milhões de reais), com a emissão de 89.000 (oitenta e nove mil) debêntures em 27 de junho de 2014, tendo como data de vencimento 23 de junho de 2016; (c) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos



de colocação da Gestamp Eólica Paraíso S.A., no valor total de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões reais), com a emissão de 60.000 (sessenta mil) debêntures em 27 de junho de 2014, tendo como data de vencimento 23 de junho de 2016; (d) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Gestamp Eólica Seridó S.A., no valor total de R\$97.000.000,00 (noventa e sete milhões reais), com a emissão de 97.000 (noventa e sete mil) debêntures em 27 de junho de 2014, tendo como data de vencimento 23 de junho de 2016; e (e) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Gestamp Eólica Serra de Santana S.A., no valor total de R\$78.500.000,00 (setenta e oito milhões e quinhentos mil reais), com a emissão de 78.500 (setenta e oito mil e quinhentas) debêntures em 27 de junho de 2014, tendo como data de vencimento 23 de junho de 2016. Todas as emissões acima mencionadas contam com garantia corporativa prestada pela Gestamp Renovables por meio da *Letter of Guarantee*. Até a presente data, não ocorreram quaisquer eventos de resgate, conversão, repactuação ou inadimplemento de tais debêntures, no entanto houve amortizações no período. Além das emissões acima mencionadas, o Agente Fiduciário não atuou como agente fiduciário em qualquer outra emissão de valores mobiliários da Emissora e/ou de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo.

CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Agente Fiduciário

- 9.1.1. A Emissora neste ato constitui e nomeia a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar os Debenturistas perante a Emissora.

9.2. Substituição

- 9.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias do evento que a determinar, quando deverá ser realizada Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora realizar tal convocação.
- 9.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, inclusive no caso do inciso (ii) do item 9.3.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora, pedindo sua substituição.
- 9.2.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.

- 9.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCERN, nos termos do item 3.3.1 desta Escritura de Emissão.
- 9.2.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da legislação em vigor.
- 9.2.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá devolver, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento até a data da efetiva substituição, à Emissora. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M/FGV.
- 9.2.7. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos deste item 9.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido abaixo) antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de todos os registros, relatórios, extratos e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 9.2.8. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos nas normas e preceitos aplicáveis da CVM.

9.3. Deveres

- 9.3.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
 - (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
 - (iv) promover, na JUCERN, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem



TEXT_SP - 11637345v2 9474.22

prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;

- (v) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (vi) acompanhar o cálculo e a apuração dos Juros Remuneratórios e da Amortização, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (vii) verificar, conforme o caso, a regularidade da constituição das Garantias Reais, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (viii) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado pelos Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede da Emissora;
- (ix) elaborar o relatório anual, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores diretos, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e os integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social:
 - (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (d) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (e) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (f) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (g) pagamentos dos Juros Remuneratórios realizados no período.

- (x) colocar o relatório de que trata o inciso (ix) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos na sede da Emissora e no seu escritório;
- (xi) publicar, em conjunto com a Emissora e às expensas desta, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório previsto no inciso (ix) acima se encontra à disposição nos locais indicados no inciso (x) acima;
- (xii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas e itens constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daqueles que impõem obrigações de fazer e de não fazer da Emissora;
- (xiii) comunicar a Emissora acerca da declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures;
- (xiv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;
- (xv) solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, inclusive se requisitado pelos Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xvi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador (conforme definido abaixo), o Banco Liquidante (conforme definido abaixo) e à CETIP, e os Debenturistas mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante de Emissão e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e dos Debenturistas;
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, inclusive as hipóteses previstas nos incisos do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
- (xix) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, falsidades, incorreções ou inexatidões constantes de tais informações;
- (xx) encaminhar aos Debenturistas, em até 3 (três) Dias Úteis (conforme definido abaixo) de seu recebimento, qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser por ele solicitada;

- (xxi) disponibilizar diariamente aos Debenturistas e aos participantes de mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site www.oliveiratrust.com.br, o Valor Nominal Unitário das Debêntures e a remuneração, que serão calculados pela Emissora; e
- (xxii) nos termos previstos nos Contratos de Garantia, liberar as Garantias Reais, sem a necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas, na hipótese de contratação de Financiamento de Longo Prazo, desde que verificadas, cumulativamente, as seguintes condições: (a) celebração do respectivo contrato do Financiamento de Longo Prazo e comprovação do cumprimento integral, pela Emissora, de todas as condições precedentes previstas no respectivo instrumento de Financiamento de Longo Prazo; (b) se aplicável, e se não for possível constatar a contratação efetiva do Financiamento de Longo Prazo, conforme alínea (a) acima, apresentação ao Agente Fiduciário de cópia da ata de reunião de diretoria do BNDES que tenha aprovado o Financiamento de Longo Prazo, bem como comprovação do cumprimento integral de todas as condições precedentes de contratação previstas em tal ata; (c) as procurações outorgadas nos termos previstos nos Contratos de Garantia sejam mantidas válidas e eficazes, sendo certo que caso as novas garantias não sejam constituídas em favor do financiador do Financiamento de Longo Prazo com os devidos registros nos competentes cartórios de registro e demais requisitos previstos nos respectivos instrumentos, dentro do prazo de 25 (vinte e cinco) dias contados da liberação das Garantias Reais, a Emissora, as SPEs, a Macambiras Holding e/ou as Acionistas deverão adotar todas as medidas que se fizerem necessárias para reconstituir imediatamente as Garantias Reais em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, nos mesmos termos anteriormente constituídos. Não obstante a obrigação da Emissora, das SPEs, da Macambiras Holding e/ou das Acionistas de reconstituir em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, as Garantias Reais, a Emissora, as SPEs, a Macambiras Holding e as Acionistas outorgam, nesta data, instrumentos particulares de procuração, nos termos do Anexo III a esta Escritura de Emissão, para que o Agente Fiduciário possa tomar todas as ações que se façam necessárias para reconstituir as Garantias Reais em seu favor, uma vez encerrado o prazo de 25 (vinte e cinco) dias previsto acima, caso a Emissora, as SPEs, a Macambiras Holding e/ou as Acionistas não o façam.

9.4. Atribuições Específicas

9.4.1. Observadas as disposições desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da Emissora, considerando os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto no item 6.1.1 desta Escritura de Emissão;
- (ii) requerer a falência da Emissora;

- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (iv) executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento integral ou proporcional dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

9.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos (i), (ii), (iii) e (iv) do item 9.4.1 acima, se convocada Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese do inciso (v), será suficiente a deliberação da maioria simples das Debêntures em Circulação.

9.4.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e aos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.4.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.5. Remuneração do Agente Fiduciário

9.5.1. Serão devidos ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a parcelas anuais de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), sendo a primeira parcela devida cinco dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. As parcelas anuais serão devidas até a liquidação integral das debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento.

9.5.2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento a solicitações extraordinárias, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como a:

- (a) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar;
 - (b) execução das Garantias, caso sejam concedidas;
 - (c) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e
 - (d) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração: das Garantias, prazos de pagamento; e condições relacionadas ao Vencimento Antecipado. Os eventos relacionados à Amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.
- 9.5.3. No caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.
- 9.5.4. Os impostos incidentes sobre a remuneração acima serão acrescidos as parcelas nas datas de pagamento.
- 9.5.5. As parcelas de remuneração acima serão atualizadas pelo IGP-M/FGV, a partir da data do pagamento da Data de Emissão, até as datas de pagamento das parcelas subsequentes.
- 9.5.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 9.5.7. No caso de eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário, ou no caso de alteração nas características da Emissão, ficará facultada a revisão dos honorários aqui estabelecidos.
- 9.5.8. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.
- 9.5.9. Os serviços previstos pelo Agente Fiduciário são aqueles descritos na Instrução CVM 28 e na Lei das Sociedades por Ações.
- 9.5.10. A remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, nos termos do item 9.6 abaixo. Adicionalmente, não estão incluídas e serão arcadas pela Emissora as despesas com especialistas, tais como auditoria nas Garantias concedidas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Debêntures, nos termos do item 9.6 abaixo.

9.6. Despesas

- 9.6.1. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da Emissão, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.
- 9.6.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.
- 9.6.3. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas, conforme aplicável, de todas as despesas em que tenham comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora. As despesas comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas quando da ocorrência de um Evento de Inadimplemento não dependerão de aprovação prévia da Emissora para seu ressarcimento.
- 9.6.4. O ressarcimento pela Emissora a que se refere os itens acima será efetuado em 10 (dez) dias contados da entrega à Emissora de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas, as quais deverão ser anexadas às notas de débito respectivas e encaminhadas uma vez por mês à Emissora.
- 9.6.5. As despesas a que se refere este item 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:
- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - (ii) extração de certidões, despesas cartorárias, fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
 - (iii) despesas com conferências telefônicas;
 - (iv) locomoções entre Estados da federação e respectivas hospedagens, alimentação e transportes, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e



- (v) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.
- 9.6.6. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Assembleia Geral de Debenturistas

- 10.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("**Assembleia Geral de Debenturistas**").
- 10.1.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário ou por Debenturistas que representem, no mínimo, a titularidade de 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, em jornais de grande circulação e no DOERN e nos prazos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Na hipótese de estarem presentes Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, a convocação ficará dispensada, desde que devidamente comprovado o envio de comunicado aos Debenturistas, na forma prevista no item 12.7 abaixo.
- 10.1.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para assembleias gerais.
- 10.1.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a titularidade de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 10.1.5. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "**Debêntures em Circulação**" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora, diretas ou indiretas, controladoras, ou grupo de controle, sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
- 10.1.6. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá 1 (um) voto.
- 10.1.7. Ressalvado o disposto no item 10.1.8 abaixo, toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro quórum específico estabelecido para a matéria.

- 10.1.8. Mediante proposta da Emissora, a Assembleia de Debenturistas poderá, por deliberação favorável da totalidade dos Debenturistas, aprovar qualquer modificação nos termos e condições das Debêntures estabelecidos nas seguintes cláusulas desta Escritura de Emissão: Cláusula IV (Características da Emissão), Cláusula V (Características das Debêntures), Cláusula VI (Vencimento Antecipado), inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, item 7.1.1 da Cláusula VII (Obrigações Adicionais) e Cláusula X (Assembleia Geral de Debenturistas).
- 10.1.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao representante do Debenturista eleito pelos demais Debenturistas, mediante deliberação majoritária.
- 10.1.10. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.
- 10.1.11. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

CLÁUSULA XI - ESCRITURADOR E BANCO LIQUIDANTE DE EMISSÃO

- 11.1. O banco liquidante da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, no Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado "Cidade de Deus", s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("**Banco Liquidante**", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços relativos às Debêntures).
- 11.2. O escriturador das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., já qualificado no item 11.1 acima ("**Escriturador**", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Renúncia

- 12.1.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. Custos de Registro



- 12.2.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão, bem como seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.3. Irrevogabilidade

- 12.3.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

12.4. Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas e dos Itens

- 12.4.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, as Partes poderão, conforme possível, negociar em boa-fé e de comum acordo a substituição da disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 12.4.2. As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Emissão, poderão ser alterados sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, BM&FBOVESPA ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja (a) qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.
- 12.4.3. Os títulos das cláusulas e itens desta Escritura de Emissão são ilustrativos e para referência e não terão nenhum efeito para a interpretação desta Escritura de Emissão.

12.5. Título Executivo Extrajudicial

- 12.5.1. Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força desta Escritura de Emissão poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil.

12.6. Publicidade

- 12.6.1. Exceto se de outra forma estipulado nesta Escritura de Emissão ou se houver comprovada ciência pela totalidade dos Debenturistas, todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados na forma de avisos, no DOERN e no jornal "**Expresso RN**", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.eolicamacambiras.com.br), em até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definido abaixo) da ciência do ato a ser divulgado ("**Avisos aos Debenturistas**"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e o disposto na Instrução CVM 476. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, a mesma deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo jornal e publicar, nos

jornais anteriormente utilizados, Aviso aos Debenturistas, informando o novo veículo.

12.7. Comunicações

- 12.7.1. Todas as notificações, solicitações e outras comunicações previstas nesta Escritura de Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente feitas por escrito e serão entregues em mãos, enviadas por meio certificado ou registrado, com aviso de recebimento, ou entregue por portador ou e-mail, para os seguintes endereços:

- (i) Se para o Agente Fiduciário ou para os Debenturistas:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Av. das Américas, nº 500, Bloco 13, Sala 205
Barra da Tijuca, RJ, CEP 22640-100

At.: Antonio Amaro // Maria Carolina Vieira Abrantes
Telefone: (21) 3514-0000
e-mail: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br
ger2.agente@oliveiratrust.com.br

- (ii) Se para a Emissora:

GESTAMP EÓLICA JARDINS S.A.

Av. Engenheiro Roberto freire, nº 1962, lojas 14 e 15, Shopping Sea Way
Capim Macio, Natal, RN, CEP 59.078-600

At.: Marcelo Flores // Marcelo Ferreira Arruda Câmara // Pedro Garcia Crespo // Andrés de La Fuente Quirós // Jorge Gonzalez Martinez
Telefone: +55 41 3252 10 52 // +34 91 177 02 92
e-mail: marcelo@direitoempresarial.com.br
marcelo.arruda@gestampren.com
pedro.garcia@gestampren.com
andres.delafuente@gestampren.com
jorge.gonzalez@gestampren.com

- (iii) Se para as Acionistas:

GESTAMP EÓLICA BRASIL S.A.

Av. Engenheiro Roberto freire, nº 1962, lojas 14 e 15, Shopping Sea Way
Capim Macio, Natal, RN, CEP 59.078-600

At.: Marcelo Flores // Marcelo Ferreira Arruda Câmara // Pedro Garcia Crespo // Andrés de La Fuente Quirós // Jorge Gonzalez Martinez
Telefone: +55 41 3252 10 52 // +34 91 177 02 92
e-mail: marcelo@direitoempresarial.com.br
marcelo.arruda@gestampren.com
pedro.garcia@gestampren.com
andres.delafuente@gestampren.com
jorge.gonzalez@gestampren.com

GESTAMP EÓLICA PROMOCIONES 2 S.L.

TEXT_SP - 11637345v2 9474.22



Calle Ombú, nº 3, 10ª planta
Madrid, Espanha, ZIP CODE 28045

At.: Pedro Garcia Crespo // Andrés de La Fuente Quirós // Jorge
Gonzalez Martinez
Telefone: +34 91 177 02 92
e-mail: pedro.garcia@gestampren.com
andres.delafuente@gestampren.com
jorge.gonzalez@gestampren.com

(iv) Se para a Macambiras Holding

MACAMBIAS HOLDING S.A.

Av. Engenheiro Roberto freire, nº 1962, lojas 14 e 15, Shopping Sea Way
Capim Macio, Natal, RN, CEP 59.078-600

At.: Marcelo Flores // Marcelo Ferreira Arruda Câmara // Pedro
Garcia Crespo // Andrés de La Fuente Quirós // Jorge Gonzalez
Martinez
Telefone: +55 41 3252 10 52 // +34 91 177 02 92
e-mail: marcelo@direitoempresarial.com.br
marcelo.arruda@gestampren.com
pedro.garcia@gestampren.com
andres.delafuente@gestampren.com
jorge.gonzalez@gestampren.com

(v) Se para as SPEs:

GESTAMP EÓLICA AGRESTE S.A.

GESTAMP EÓLICA ALVORADA S.A.

GESTAMP EÓLICA MACAMBIRA I S.A.

GESTAMP EÓLICA MACAMBIRA II S.A.

Av. Engenheiro Roberto freire, nº 1962, lojas 14 e 15, Shopping Sea Way
Capim Macio, Natal, RN, CEP 59.078-600

At.: Marcelo Flores // Marcelo Ferreira Arruda Câmara // Pedro
Garcia Crespo // Andrés de La Fuente Quirós // Jorge Gonzalez
Martinez
Telefone: +55 41 3252 10 52 // +34 91 177 02 92
e-mail: marcelo@direitoempresarial.com.br
marcelo.arruda@gestampren.com
pedro.garcia@gestampren.com
andres.delafuente@gestampren.com
jorge.gonzalez@gestampren.com

(vi) Se para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
São Paulo, SP, CEP 01452-001

At.: Superintendência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596

(vii) Se para o Banco Liquidante de Emissão e Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A.



Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar
Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900

At.: Debora de Andrade Teixeira // Douglas Marcos da Cruz

Telefone: (11) 3684.9492// (11) 3684-7691

e-mail: 4010.debora@bradesco.com.br
4010.custodiarf@bradesco.com.br
4010.douglas@bradesco.com.br

12.7.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.7.3. A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das Partes, conforme aplicável.

12.8. Prorrogação dos Prazos

12.8.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, até o 1º (primeiro) Dia Útil (conforme definido abaixo) subsequente, se a data de cumprimento da obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

12.8.2. Para fins da presente Escritura de Emissão, "**Dia(s) Útil(eis)**" significa qualquer dia, exceto sábados, domingos ou feriados declarados nacionais.

12.9. Cessão

12.9.1. A Emissora não poderá alienar ou ceder esta Escritura de Emissão, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sem o consentimento prévio da totalidade dos Debenturistas. Os Debenturistas poderão alienar ou ceder, no todo ou em parte, qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura de Emissão sem a necessidade de obtenção do consentimento prévio da Emissora, observadas eventuais restrições previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável.

12.10. Verificação de Veracidade

12.10.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos diretos a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por culpa ou dolo do Agente Fiduciário.

12.10.2. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos diretos, perdas, custos ou despesas, incluindo custas judiciais e honorários

advocáticos, incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade, completude, e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nesta Escritura de Emissão.

- 12.10.3. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

12.11. Lei Aplicável

- 12.11.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.12. Eleição de Foro


- 12.12.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo do Estado de São Paulo, com expressa renúncia de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir qualquer questão decorrente desta Escritura de Emissão.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam esta Escritura de Emissão, em 10 (dez) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 20 de abril de 2016

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Gestamp Eólica Jardins S.A. - Página 1/10)

GESTAMP EÓLICA JARDINS S.A.
na qualidade de Emissora



Nome: **MARCELO FLORES**
Cargo: **PROCURADOR**

Nome:
Cargo:

TEXT_SP - 11637345v2 9474.22

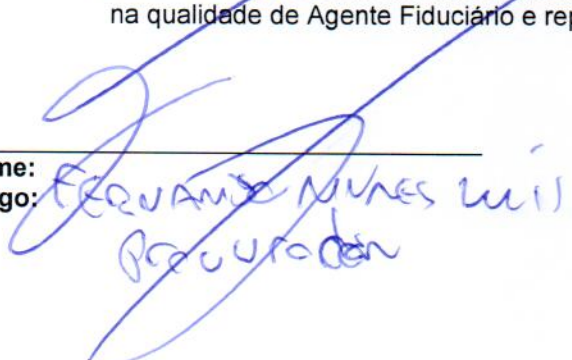


(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Gestamp Eólica Jardins S.A. - Página 2/10)

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
na qualidade de Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas


Nome:

Cargo:



Eduardo Nunes
Procurador

Nome:

Cargo:


Leonardo Moraes
Procurador

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Gestamp Eólica Jardins S.A. - Página 3/10)


MACAMBIRAS HOLDING S.A.
na qualidade de Interviente Anuente

Nome: MARCELO FLORES
Cargo: PROCURADOR

Nome: _____
Cargo: _____

TEXT_SP - 11637345v2 9474.22



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Gestamp Eólica Jardins S.A. - Página 4/10)


GESTAMP EÓLICA AGRESTE S.A.
na qualidade de Interviente Anuente

Nome: ARACELIO FLORES
Cargo: PROCURADOR


Nome: _____
Cargo: _____

TEXT_SP - 11637345v2 9474.22

REGISTRADO
Ofício Único de Lagoa Nova/RN

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Gestamp Eólica Jardins S.A. - Página 5/10)

GESTAMP EÓLICA ALVORADA S.A.
na qualidade de Interviente Anuente



Nome: MARCELO FUNES
Cargo: PROCURADOR


Nome:
Cargo:

TEXT_SP - 11637345v2 9474.22



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Gestamp Eólica Jardins S.A. - Página 6/10)

GESTAMP EÓLICA MACAMBIRA I S.A.
na qualidade de Interveniente Anuente



Nome: MANOEL FLORES
Cargo: PROCURADOR


Nome:
Cargo:

TEXT_SP - 11637345v2 9474.22

REGISTRADO
Ofício Único de Lagoa Nova/RN

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Gestamp Eólica Jardins S.A. - Página 7/10)

GESTAMP EÓLICA MACAMBIRA II S.A.
na qualidade de Interveniente Anuente



Nome: Marcelo R. Cortes
Cargo: procurador


Nome:
Cargo:

TEXT_SP - 11637345v2 9474.22



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Gestamp Eólica Jardins S.A. - Página 8/10)

GESTAMP EÓLICA BRASIL S.A.
na qualidade de Interveniente Anuente




Nome: MARCELO FLORES
Cargo: PROCURADOR

Nome:
Cargo:

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Gestamp Eólica Jardins S.A. - Página 9/10)

GESTAMP EÓLICA PROMOCIONES 2 S.L.
na qualidade de Interveniente Anuente



Nome: MARCELO PLONES
Cargo: PROCURADOR

Nome:
Cargo:

TEXT_SP - 11637345v2 9474.22

REGISTRADO
Ofício Único de Lagoa Nova/RN

REGISTRADO

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Gestamp Eólica Jardins S.A. - Página 10/10)

Testemunhas:

Nome:
RG:


João Guilherme Rodrigues de Jesus

RG: 36.717.355-4

CPF: 431.199.258-02

Nome:
RG:


Otávio Tonissi de Toledo Piza

RG: 36.234.900-9

CPF: 404.408.168-90

TEXT_SP - 11637345v2 9474.22

REGISTRADO
Ofício Único de Lagoa Nova/RN

ANEXO I

CONTRATOS DO PROJETO

- 1) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12252/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. – AES, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 2) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12253/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Ampla Energia e Serviços S.A. - AMPLA, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 3) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12254/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE DISTRIB, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 4) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12255/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e CELESC Distribuição S.A. CELESC DIST, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 5) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12256/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e CELG Distribuição S.A. - CELG, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 6) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12257/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 7) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12258/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 8) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12259/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 9) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12260/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 10) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12261/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Companhia Jaguari de Energia – CPFL Jaguari, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 11) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente

TEXT_SP - 11637345v2 9474.22

REGISTRADO
Ofício Único de Lagoa Nova/RN

Regulado nº 12262/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Companhia Leste Paulista de Energia – CPFL Leste Paulista, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;

- 12) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12263/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Companhia Luz e Força de Mococa – CPFL Mococa, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 13) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12264/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 14) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12265/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Companhia Piratininga de Força e Luz – CPFL Piratininga, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 15) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12266/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Companhia Sul Paulista de Energia – CPFL Sul Paulista, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 16) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12267/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 17) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12268/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Elektro Eletricidade e Serviços S.A. - Elektro, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 18) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12269/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - Eletropaulo, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 19) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12270/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA BO, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 20) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12271/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA MG, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 21) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12272/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA PB, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 22) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12273/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Energisa

Sergipe – Distribuidora de Energia – ENERGISA SE, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;

- 23) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12274/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 24) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12275/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 25) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12276/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Rio Grande Energia S.A. - RGE, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 26) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12327/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. – AES, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12371/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. – AES, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 27) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12328/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. S.A. e Ampla Energia e Serviços S.A. - AMPLA, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12328/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. S.A. e Ampla Energia e Serviços S.A. - AMPLA, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 28) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12329/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE DISTRIB, na data de 14 de novembro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12329/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE DISTRIB, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 29) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12330/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e CELESC Distribuição S.A. CELESC DIST, na data de 14 de novembro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12330/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e CELESC Distribuição S.A. CELESC DIST, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 30) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12331/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e CELG Distribuição S.A. - CELG, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12331/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e CELG

TEXT_SP - 11637345v2 9474.22

REGISTRADO

Ofício Único de Lagoa Nova/RN

Distribuição S.A. - CELG, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;

- 31) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12332/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12332/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 32) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12333/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12333/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 33) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12334/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12334/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 34) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12335/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12335/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 35) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12336/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia Jaguari de Energia - CPFL Jaguari, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12336/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia Jaguari de Energia - CPFL Jaguari, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 36) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12337/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia Leste Paulista de Energia - CPFL Leste Paulista, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12337/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia Leste Paulista de Energia - CPFL Leste Paulista, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 37) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12338/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia Luz e Força de Mococa - CPFL Mococa, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12338/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e



Companhia Luz e Força de Mococa – CPFL Mococa, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;

- 38) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12339/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12339/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 39) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12340/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia Piratininga de Força e Luz – CPFL Piratininga, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12340/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia Piratininga de Força e Luz – CPFL Piratininga, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 40) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12341/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia Sul Paulista de Energia – CPFL Sul Paulista, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12341/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Companhia Sul Paulista de Energia – CPFL Sul Paulista, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 41) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12342/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12342/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 42) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12343/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Elektro Eletricidade e Serviços S.A. - Elektro, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12343/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Elektro Eletricidade e Serviços S.A. - Elektro, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 43) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12344/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - Eletropaulo, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12344/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - Eletropaulo, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 44) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12345/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA BO, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de



Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12345/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA BO, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;

- 45) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12346/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA MG, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12346/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA MG, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 46) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12347/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA PB, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12347/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA PB, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 47) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12348/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia – ENERGISA SE, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12348/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia – ENERGISA SE, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 48) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12349/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12349/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 49) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12350/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12350/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 50) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12351/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Rio Grande Energia S.A. - RGE, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12351/11, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Rio Grande Energia S.A. - RGE, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 51) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12302/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. – AES, na data de 5 de agosto de 2015 e

Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12302/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. – AES, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;

- 52) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12303/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Ampla Energia e Serviços S.A. - AMPLA, na data de 5 de agosto de 2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12303/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Ampla Energia e Serviços S.A. - AMPLA, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 53) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12304/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE DISTRIB, na data de 5 de agosto de 2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12304/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE DISTRIB, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 54) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12305/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e CELESC Distribuição S.A., na data de 5 de agosto de 2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12305/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e CELESC Distribuição S.A., na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 55) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 122306/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e CELG Distribuição S.A. - CELG, na data de 5 de agosto de 2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 122306/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e CELG Distribuição S.A. - CELG, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 56) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12307/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, na data de 5 de agosto de 2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12307/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 57) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12308/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS, na data de 5 de agosto de 2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12308/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA TO, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 58) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12309/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia

Energética do Maranhão - CEMAR, na data de 5 de agosto de 2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12309/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;

- 59) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12310/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, na data de 5 de agosto de 2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12310/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 60) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12311/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia Jaguari de Energia – CPFL Jaguari, na data de 5 de agosto de 2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12311/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia Jaguari de Energia – CPFL Jaguari, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 61) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12312/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia Leste Paulista de Energia – CPFL Leste Paulista, na data de 5 de agosto de 2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12312/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia Leste Paulista de Energia – CPFL Leste Paulista, na data 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 62) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12313/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia Luz e Força de Mococa – CPFL Mococa, na data de 5 de agosto de 2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12313/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia Luz e Força de Mococa – CPFL Mococa, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 63) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12314/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista, na data de 5 de agosto de 2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12314/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 64) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12315/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia Piratininga de Força e Luz – CPFL Piratininga, na data de 5 de agosto de 2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12315/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia Piratininga de Força e Luz – CPFL Piratininga, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 65) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12316/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia Sul



Paulista de Energia – CPFL Sul Paulista, na data de 5 de agosto de 2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12316/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Companhia Sul Paulista de Energia – CPFL Sul Paulista, na data 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;

- 66) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12317/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB, na data de 5 de agosto de 2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12317/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB, na data 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 67) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12318/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Elektro Eletricidade e Serviços S.A. - Elektro, na data de 5 de agosto de 2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12318/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Elektro Eletricidade e Serviços S.A. - Elektro, na data 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 68) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12319/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - Eletropaulo, na data de 5 de agosto de 2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12319/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - Eletropaulo, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 69) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12320/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA BO, na data de 5 de agosto de 2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12320/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA BO, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 70) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12321/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA MG, na data de 5 de agosto de 2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12321/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA MG, na data 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 71) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12322/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA PB, na data de 5 de agosto de 2015 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12322/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA PB, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;



- 72) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12323/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia – ENERGISA SE, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12323/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia – ENERGISA SE, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 73) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12324/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12324/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S.A.- ENERGISA MS, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 74) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12325/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12325/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 75) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12326/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Rio Grande Energia S.A. - RGE, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12326/11, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Rio Grande Energia S.A. - RGE, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 76) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12352/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. – AES, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12352/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. – AES, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 77) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12353/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Ampla Energia e Serviços S.A. - AMPLA, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12353/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Ampla Energia e Serviços S.A. - AMPLA, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 78) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12354/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE DISTRIB, na data de 14 de novembro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12354/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE DISTRIB, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;



- 79) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12355/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e CELESC Distribuição S.A. CELESC DIST, na data de 14 de novembro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12355/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e CELESC Distribuição S.A. CELESC DIST, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 80) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 122356/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e CELG Distribuição S.A. - CELG, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 122356/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e CELG Distribuição S.A. - CELG, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 81) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12357/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12357/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 82) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12358/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12358/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 83) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12359/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12359/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 84) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12360/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12360/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 85) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12361/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia Jaguari de Energia - CPFL Jaguari, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12361/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia Jaguari de Energia - CPFL Jaguari, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;

- 86) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12362/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia Leste Paulista de Energia – CPFL Leste Paulista, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12362/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia Leste Paulista de Energia – CPFL Leste Paulista, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 87) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12363/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia Luz e Força de Mococa – CPFL Mococa, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12363/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia Luz e Força de Mococa – CPFL Mococa, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 88) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12364/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12364/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 89) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12365/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia Piratininga de Força e Luz – CPFL Piratininga, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12365/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia Piratininga de Força e Luz – CPFL Piratininga, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 90) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12366/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia Sul Paulista de Energia – CPFL Sul Paulista, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12366/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Companhia Sul Paulista de Energia – CPFL Sul Paulista, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 91) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12367/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12367/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 92) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12368/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Elektro Eletricidade e Serviços S.A. - Elektro, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12368/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Elektro Eletricidade e Serviços S.A. - Elektro, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;



- 93) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12369/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - Eletropaulo, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12369/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - Eletropaulo, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 94) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12370/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA BO, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12370/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA BO, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 95) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12371/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA MG, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12371/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA MG, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 96) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12372/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA PB, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12372/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. – ENERGISA PB, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 97) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12373/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia – ENERGISA SE, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12373/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia – ENERGISA SE, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 98) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12374/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12374/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 99) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12375/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no



Ambiente Regulado nº 12375/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;

- 100) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12376/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Rio Grande Energia S.A. - RGE, na data de 28 de outubro de 2013 e Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12376/11, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Rio Grande Energia S.A. - RGE, na data de 5 de agosto de 2015, com vigência até 31 de julho de 2036;
- 101) Instrumento Particular de Contrato de Service & Availability Agreement (O&M), celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda., relativo ao parque eólico Cabeço Preto V;
- 102) Instrumento Particular de Contrato de Service & Availability Agreement (O&M), celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda., relativo ao parque eólico Cabeço Preto III;
- 103) Instrumento Particular de Contrato de Service & Availability Agreement (O&M), celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. e Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda., relativo ao parque eólico Macambira II;
- 104) Instrumento Particular de Contrato de Service & Availability Agreement (O&M), celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda., relativo ao parque eólico Macambira I;
- 105) Instrumento Particular de Contrato de Service & Availability Agreement (O&M), celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda., relativo ao parque eólico Cabeço Preto VI;
- 106) Instrumento Particular de Contrato de Prestação de serviços para construção do BoP dos Parques Eólicos Cabeço Preto III, Cabeço Preto V e Cabeço Preto VI, celebrado entre TSK Energia e Desenvolvimento Ltda. e Gestamp Eólica Agreste S/A, Gestamp Eólica Jardins S/A e Gestamp Eólica Alvorada S/A, na data de 21 de julho de 2015;
- 107) Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços para Construção do BoP dos Parques Eólicos Macambira I e Macambira II, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I e Gestamp Eólica Macambira II e TSK Energia e Desenvolvimento Ltda., na data de 21 de julho de 2015;
- 108) Instrumento Particular de Contrato de Supply and Installation Agreement, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. e Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda. na data de 30 de janeiro de 2015;
- 109) Instrumento Particular de Contrato de Supply and Installation Agreement, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira I S.A. e Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda., na data de 30 de janeiro de 2015, relativo ao parque eólico Macambira I;
- 110) Instrumento Particular de Contrato de Supply and Installation Agreement, celebrado entre Gestamp Eólica Alvorada S.A. e Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda., na data de 30 de janeiro de 2015, relativo ao parque eólico Cabeço Preto VI;
- 111) Instrumento Particular de Contrato de Supply and Installation Agreement, celebrado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda., na data de

30 de janeiro de 2015, relativo ao parque eólico Cabeço Preto V;

- 112) Instrumento Particular de Contrato de Supply and Installation Agreement, celebrado entre Gestamp Eólica Agreste S.A. e Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda., na data de 30 de janeiro de 2015, relativo ao parque eólico Cabeço III;
- 113) Instrumento Particular de Contrato de Gerenciamento e Administração de Parque (Construção), celebrado entre Gestamp Eólica Brasil S.A. e Gestamp Eólica Macambira II S.A., na data de 1º de janeiro de 2015;
- 114) Instrumento Particular de Contrato de Gerenciamento e Administração de Parque (Construção), celebrado entre Gestamp Eólica Brasil S.A. e Gestamp Eólica Agreste S.A., na data de 1º de janeiro de 2015, relativo ao parque eólico Cabeço Preto III;
- 115) Instrumento Particular de Contrato de uso do sistema de transmissão em caráter permanente, n. 017/2016, celebrado entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico - NOS e a Gestamp Eólica Macambira II S.A., na data de 2 de março de 2016, com vigência de 31 de dezembro de 2015 até sua rescisão ou extinção da concessão ou da autorização da Gestamp Macambira II;
- 116) Instrumento Particular de Contrato de uso do sistema de transmissão em caráter permanente, n. 016/2016, celebrado entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico - NOS e a Gestamp Eólica Macambira I S.A., na data de 2 de março de 2016, com vigência de 31 de dezembro de 2015 até sua rescisão ou extinção da concessão ou da autorização da Gestamp Macambira I;
- 117) Instrumento Particular de Contrato de Reserva de Capacidade dos Aerogeradores Vestas para os Projetos da Gestamp no Brasil: Cabeço Preto e Macambiras (Contrato em versão na língua Espanhola), celebrado entre Gestamp Eólica, S.L e Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda., assinado em 26 de novembro de 2014;
- 118) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12277/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. – MACAMBIRA II e AES – Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. – AES SUL, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 119) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12278/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A – Macambira II e Ampla Energia e Serviços S.A. – AMPLA, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 120) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12279/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A.– Macambira II e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE DISTRIB, na data de 14 de novembro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 121) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12280/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A – Macambira II e CELES Distribuição S.A. – CELEC DIST, na data de 14 de novembro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 122) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12281/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. – Macambira II e CELG Distribuição S.A. – CELG, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;



- 123) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12282/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. – Macambira II e Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 124) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12283/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. – Macambira II e Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins – CELTINS, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 125) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12284/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. – Macambira II e Companhia Energética do Maranhão – CEMAR, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 126) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12285/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. – Macambira II e Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 127) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12286/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. – Macambira II e Companhia Jaguari de Energia – CPFL JAGUARI, na data de 28 de outubro de 2013, com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 128) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12287/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. e Companhia Leste Paulista de Energia – CPFL Leste Paulista, na data de 28 de outubro de 2013 com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 129) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12288/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. e Companhia de Luz e Força de Mococa – CPFL Mococa, na data de 28 de outubro de 2013 com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 130) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12289/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. e Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL Paulista, na data de 28 de outubro de 2013 com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 131) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12290/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. e Companhia Piratininga de Força e Luz – CPFL Piratininga, na data de 28 de outubro de 2013 com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 132) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12291/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. e Companhia Sul Paulista de Energia – CPFL Sul Paulista, na data de 28 de outubro de 2013 com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 133) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12292/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. e Empresa Elétrica Bragantina S.A. EEB, na data de 28 de outubro de 2013 com vigência até 31 de dezembro de 2035;

- 134) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12293/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. e Elektro Eletricidade e Serviços S.A. - Elektro, na data de 28 de outubro de 2013 com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 135) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12294/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. e Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Eletropaulo, na data de 28 de outubro de 2013 com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 136) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12295/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. e Energia Borborema – Distribuidora de Energia S.A. – Energisa BO, na data de 28 de outubro de 2013 com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 137) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12296/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. e Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. – Energisa MG, na data de 28 de outubro de 2013 com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 138) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12297/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. e Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. – Energisa PB, na data de 28 de outubro de 2013 com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 139) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12298/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. e Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S.A. – Energisa SE, na data de 28 de outubro de 2013 com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 140) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12299/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, na data de 28 de outubro de 2013 com vigência até 31 de dezembro de 2035;
- 141) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12300/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. e Espírito Santo Cenrais Elétricas S.A. - ESCELSA, na data de 28 de outubro de 2013 com vigência até 31 de dezembro de 2035; e
- 142) Instrumento Particular de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado nº 12301/11, celebrado entre Gestamp Eólica Macambira II S.A. e Rio Grande Energia S.A. RGE, na data de 28 de outubro de 2013 com vigência até 31 de dezembro de 2035.

la

7

ANEXO II

SEGUROS DO PROJETO

- 1) Apólice nº 014142015000107760010732 de risco financeiro, contratada por Gestamp Eólica Agreste S.A. junto à seguradora Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de 21 de julho de 2015, com vigência até 18 de maio de 2016;
- 2) Endosso nº 6002825 (referente à apólice nº 014142015000107760010732 de risco financeiro, contratada em 21 de julho de 2015) contratado por Gestamp Eólica Agreste S.A. junto à seguradora Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de 18 de maio de 2016, com vigência até 1º de agosto de 2016;
- 3) Apólice nº 014142015000107760010733 de risco financeiro, contratada por Gestamp Eólica Alvorada S.A. junto à seguradora Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de 21 de julho de 2015, com vigência até 30 de junho 2016;
- 4) Endosso nº 6002824 (referente à apólice nº 014142015000107760010733 de risco financeiro, contratada em 21 de julho de 2015) contratado por Gestamp Eólica Agreste S.A. junto à seguradora Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de 30 de junho de 2016, com vigência até 1º de agosto de 2016;
- 5) Apólice nº 014142015000107760010722 de risco financeiro, contratada por Gestamp Eólica Alvorada S.A. junto à seguradora Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de 21 de julho de 2015, com vigência até 30 de junho de 2016;
- 6) Endosso nº 6002822 (referente à apólice nº 014142015000107760010722 de risco financeiro, contratada em 21 de julho de 2015) contratado por Gestamp Eólica Agreste S.A. junto à seguradora Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de 30 de junho de 2016, com vigência até 1º de agosto de 2016;
- 7) Apólice nº 014142015000107760010721 de risco financeiro, contratada por Gestamp Eólica Jardins S.A. junto à seguradora Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de 21 de julho de 2015, com vigência até 16 de maio de 2016;
- 8) Endosso nº 6002821 (referente à apólice nº 014142015000107760010721 de risco financeiro, contratada em 21 de julho de 2015) contratado por Gestamp Eólica Agreste S.A. junto à seguradora Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de 16 de maio de 2016, com vigência até 1º de agosto de 2016;
- 9) Apólice nº 014142015000107760010735 de risco financeiro, contratada por Gestamp Eólica Gestamp Eólica Macambira II S.A. junto à seguradora: Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de 21 de julho de 2015, com vigência até 31 de março de 2016;
- 10) Endosso nº 6002820 (referente à apólice nº 014142015000107760010735 de risco financeiro, contratada em 21 de julho de 2015) contratado por Gestamp Eólica Agreste S.A. junto à seguradora Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de 31 de março de 2016, com vigência até 17 de junho de 2016;
- 11) Apólice nº 014142015000107760010719 de risco financeiro, contratada por Gestamp Eólica Macambira II S.A. junto à seguradora Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de 21 de julho de 2015, com vigência até 31 de março de 2016;
- 12) Endosso nº 6002818 (referente à apólice nº 014142015000107760010719 de risco



TEXT_SP - 11637345v2 9474.22

- financeiro, contratada em 21 de julho de 2015) contratado por Gestamp Eólica Agreste S.A. junto à seguradora Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de 31 de março de 2016, com vigência até 17 de junho de 2016;
- 13) Apólice nº 014142015000107760010734 de risco financeiro, contratada por Gestamp Eólica Macambira II S.A. junto à seguradora Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de 21 de julho 2015, com vigência até 31 de março de 2016;
 - 14) Endosso nº 6002819 (referente à apólice nº 014142015000107760010734 de risco financeiro, contratada em 21 de julho de 2015) contratado por Gestamp Eólica Agreste S.A. junto à seguradora Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de 31 de março de 2016, com vigência até 17 de junho de 2016;
 - 15) Apólice nº 014142015000107760010718 de risco financeiro, contratada por Gestamp Eólica Macambira I S.A. junto à seguradora Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de 21 de julho de 2015, com vigência até 31 de março de 2017;
 - 16) Endosso nº 6002817 (referente à apólice nº 014142015000107760010718 de risco financeiro, contratada em 21 de julho de 2015) contratado por Gestamp Eólica Agreste S.A. junto à seguradora Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de, 31 de março de 2016 com vigência até 17 de junho de 2016;
 - 17) Apólice nº 014142015000107760010747 de risco financeiro, contratada por Gestamp Eólica Macambira I S.A. junto à seguradora Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de 21 de julho de 2015, com vigência até 16 de maio de 2016;
 - 18) Endosso nº 6002826 (referente à apólice nº 014142015000107760010747 de risco financeiro, contratada em 21 de julho de 2015) contratado por Gestamp Eólica Agreste S.A. junto à seguradora Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de 16 de maio de 2016, com vigência até 1º de agosto de 2016;
 - 19) Apólice nº 014142015000107760010720 de risco financeiro, contratada por Gestamp Eólica Agreste S.A. junto à seguradora Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de 21 de julho de 2015, com vigência até 18 de maio de 2016;
 - 20) Endosso nº 6002823 (referente à apólice nº 014142015000107760010720 de risco financeiro, contratada em 21 de julho de 2015) contratado por Gestamp Eólica Agreste S.A. junto à seguradora Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de 18 de maio de 2016, com vigência até 1º de agosto de 2016;
 - 21) Apólice nº 01.67.1.00011 de risco de engenharia, contratada por TSK Energia e Desenvolvimento Ltda. junto à seguradora Berkley International do Brasil Seguros S.A., na data de 21 de julho de 2015, com vigência até 11 de abril de 2018;
 - 22) Apólice nº 01.67.1.00012 de risco de engenharia, contratada por TSK Energia e Desenvolvimento Ltda. junto à seguradora XL Seguros Brasil S.A., na data de 21 de julho 2015, com vigência até 29 de abril de 2018;
 - 23) Apólice nº 03.51.1.000818 de risco de responsabilidade civil geral, contratada por TSK Energia e Desenvolvimento Ltda. junto à seguradora XL Seguros Brasil S.A., na data de 21 de julho 2015, com vigência até 11 de abril de 2016;
 - 24) Apólice nº 03.51.1.000819 de risco de responsabilidade civil geral, contratada por TSK Energia e Desenvolvimento Ltda. junto à seguradora XL Seguros Brasil S.A., na data de 21 de julho de 2015, com vigência até 29 de abril de 2016; e

- 25) Apólice de risco de engenharia, contratada por Vestas do Brasil Energia Eólica Ltda. junto à RSA Seguros, na data de 21 de julho de 2015, com vigência até 07 de outubro de 2021.

TEXT_SP - 11637345v2 9474.22



ANEXO III

MODELO DE PROCURAÇÃO

Pela presente procuração, **[DENOMINAÇÃO SOCIAL]**, [tipo societário], [endereço], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº [número], neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Definição I") [e] **[DENOMINAÇÃO SOCIAL]**, [tipo societário], [endereço], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [número], neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Definição II") [e] **[DENOMINAÇÃO SOCIAL]**, [tipo societário], [endereço], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [número], neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Definição III") [e] **[DENOMINAÇÃO SOCIAL]**, [tipo societário], [endereço], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [número], neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Definição IV") [e] **[DENOMINAÇÃO SOCIAL]**, [tipo societário], [endereço], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [número], neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Definição V") e, em conjunto com a Definição I, Definição II, Definição III e Definição IV,] as "**Outorgantes**", nomeiam e constituem, em caráter irrevogável e irretroatável, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13 – Grupo 205, Barra da Tijuca, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos titulares das debêntures da (i) 1ª (primeira) emissão, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, de até 86.559 (oitenta e seis mil, quinhentas e cinquenta e nove) debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória com valor nominal unitário R\$ 1.000,00 (mil reais) da Gestamp Eólica Jardins S.A. ("Eólica Jardins"); (ii) 1ª (primeira) emissão, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, de até 84.086 (oitenta e quatro mil e oitenta e seis) debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) da Gestamp Eólica Agreste S.A. ("Eólica Agreste"); (iii) 1ª (primeira) emissão, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, de até 58.737 (cinquenta e oito mil, setecentas e trinta e sete) debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) da Gestamp Eólica Alvorada S.A. ("Eólica Alvorada"); (iv) 1ª (primeira) emissão, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, de até 59.973 (cinquenta e nove mil, novecentas e setenta e três) debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) da Gestamp Eólica Macambira I S.A. ("Eólica Macambira I"); e (v) 1ª (primeira) emissão, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, de até 55.645 (cinquenta e cinco mil, seiscentas e quarenta e cinco) debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) da Gestamp Eólica Macambira II S.A. ("Eólica Macambira II") ("**Outorgado**"), seu fiel e bastante procurador, na maior extensão permitida por lei, com poderes para, individual ou conjuntamente, caso a constituição da [alienação fiduciária/cessão fiduciária] em favor do financiador sob o Financiamento de Longo Prazo (BNDES ou outro) não tenha ocorrido dentro do prazo de 25 (vinte e cinco) dias contados da liberação da [alienação fiduciária/cessão fiduciária] constituída sob o "[Contrato]", celebrado em [data] entre o Agente Fiduciário, a Eólica Agreste, a Eólica Jardins, a Eólica Alvorada, a Eólica Macambira I [e] a Gestamp Eólica Macambira II, a Gestamp Eólica Brasil S.A., a Gestamp Eólica Promociones S.L. e a Macambiras Holding S.A.] ("**[Contrato de Alienação Fiduciária/Contrato de Cessão Fiduciária]**"); ou referido financiador não realize o desembolso para o qual exigia a constituição da [alienação fiduciária/cessão fiduciária] em seu favor (conforme o disposto e definido na Cláusula [•] do [Contrato de Alienação Fiduciária/Contrato de Cessão Fiduciária]) e as [Alienantes/Cedentes] e a Devedora não tenham, dentro do prazo de 25 (vinte e cinco) dias contados da liberação da [alienação fiduciária/cessão fiduciária], reconstituído a [alienação fiduciária/cessão fiduciária] em favor dos Debenturistas:



- (a) conforme o caso, praticar todos os atos, de qualquer natureza, exigidos ou necessários para a reconstituição da [alienação fiduciária/cessão fiduciária], nos termos estabelecidos pelo [Contrato de Alienação Fiduciária/Contrato de Cessão Fiduciária]; e
- (b) sujeito às leis aplicáveis, representar as Outorgantes perante terceiros e quaisquer órgãos governamentais ou autoridades federais, estaduais e municipais, inclusive Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, Cartórios de Protesto, instituições bancárias, Secretaria da Receita Federal e todas as respectivas seções, departamentos e subdivisões dos mesmos.

Esta procuração é irrevogável, irretratável, válida e efetiva, conforme previsto no artigo 684 e seguintes da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (Código Civil) e vigorará por 1 (um) ano, devendo ser renovada por iguais períodos de 1 (um) ano em até 60 (sessenta) dias antes do seu vencimento. É vedado ao Outorgado substabelecer os poderes ora outorgados, com ou sem reserva de iguais, exceto para substabelecimentos realizados a membros dos respectivos grupos econômicos (pessoas físicas ou jurídicas) para fins de cumprimento dos poderes ora outorgados.

[Local], [data].

[OUTORGANTES]

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

TEXT_SP - 11637345v2 9474.22





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFÍCIO ÚNICO EXTRAJUDICIAL DE LAGOA NOVA
COMARCA DE CURRAIS NOVOS
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Título - Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples (94 folhas), firmado entre Gestamp Eólica Jardins S.A. e Oliveira Trust, **apontado no Protocolo - Livro A-1, nº 093, às fls. 15 em 28/04/2016, tendo sido REGISTRADO, em 28/04/2016, no Registro nº 032, fls. 288/381, no Livro B-02 do RTD, conforme Artigo 127, Inciso VII, da Lei 6015/1973.** Emolumentos e Taxas Judiciárias foram devidamente pagas, tendo sido emitidas as guias dos repasses ao FDJ e FRMP.

Lagoa Nova/RN, 28 de abril de 2016

Cristiana Carlos do Amaral Cantidio
OFICIALA DO RTD
OFÍCIO ÚNICO DE LAGOA NOVA / RN

